



VI Encontro sobre Música e Inclusão

Música, Deficiência e Mercado de Trabalho

ISSN 2674-9572

Natal/RN, 2018

**David Barbalho Pereira
Catarina Shin Lima de Souza
Elizabeth Sachi Kanzaki
(Organizadores)**

ANAIS DO VI ENCONTRO SOBRE MÚSICA E INCLUSÃO

**Natal / RN
SEMBRAIN
2018**

Catálogo da Publicação na Fonte
Biblioteca Setorial Pe. Jaime Diniz - Escola de Música da UFRN

E56 Encontro sobre Música e Inclusão (6. : 2018 : Natal, RN)
 Anais do VI Encontro sobre Música e Inclusão: música, deficiência e mercado de trabalho [recurso eletrônico] \ David Barbalho Pereira, Catarina Shin Lima de Souza, Elizabeth Sachi Kanzaki (Organizadores). – Natal, RN : EDUFRN, 2018.
 74 p.

 Modo de Acesso: <https://repositorio.ufrn.br>
 <https://emiufrn.wordpress.com>

 ISSN: 2674-9572

 ISBN: 978-85-425-0863-5

 1. Música e Inclusão – Congressos. 2. Música e Educação Especial – Congressos. 3. Música e Mercado de trabalho – Congressos. I. Pereira, David Barbalho. II. Souza, Catarina Shin Lima de. III. Kanzaki, Elizabeth Sachi. IV. Título.

RN/BS/EMUFRN

CDU 78:37

Elaborada por: Elizabeth Sachi Kanzaki – CRB-15/Insc. 293



ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

JEAN JOUBERT FREITAS MENDES

Diretor

VALERIA LAZARO DE CARVALHO

Vice-diretora

AMANDY BANDEIRA DE ARAÚJO

Coordenação dos Cursos de Extensão



SETOR DE MUSICOGRAFIA BRAILLE E APOIO À INCLUSÃO

CATARINA SHIN LIMA DE SOUZA

Coordenação geral

ELIZABETH SACHI KANZAKI RIBEIRO

Coordenação geral adjunta

CAMILO SOARES LEITE DE LIMA

VERONICA ALVES DE LIMA

Assistentes em Administração

ALBA YUNG SOOK SHIN DE SOUZA

FERNANDO WILLIAN DA SILVA MEDEIROS

Bolsistas



VI Encontro sobre Música e Inclusão

Música, Deficiência e Mercado de Trabalho

VI ENCONTRO SOBRE MÚSICA E INCLUSÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Catarina Shin Lima de Souza (EMUFRN)
Elizabeth Sachi Kanzaki Ribeiro (EMUFRN)
Agamenon de Moraes (EMUFRN)
Alberto Lima de Souza Medeiros (IFRN)
David Barbalho Pereira (EMUFRN)
Dolores Tomé (Universidade de Lusófona)
Luiz Alberto Amorim (IBDA/PR)
Maurício Thiago Ferreira de Lima (EMUFRN)
Pollyana Guimarães (EMUFRN)
Radamir Sousa (IFPB)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Edibergon Varela (EMUFRN)
Isaac Samir Cortez de Melo (IFRN)
Jonatas Souza (UNINTER)
Liana Monteiro (EMUFRN)
Maurício Eslabão da Fonseca (EMUFRN)

EQUIPE DE APOIO

Alba Shin Lima de Souza	Luanderson Pablo Libório da Silva
Andé Luís Lourenço	Magna Luana Sousa Farias
Camilo Soares Leite de Lima	Marilene Guedes
Dalila Maria de Souza Aires	Migdael Fernandes de Souza
Daniel Jasson N. de Oliveira Silva	Monique Melo Borges
Edenilson de Souza Junior	Pâmela Araújo de Moura
Erick Firmino	Paula Viviane Gomes
Gessé Araújo Silva	Rafael Ferreira Mariano
Glauciana Souza	Rafael Sousa da Fonseca e Silva
Isaac Nascimento	Raiane Silmara Nascimento da Silva
Isabella Azevedo	Roberta Viana de Oliveira
Janilson do Nascimento	Rosa Amélia Marques Siqueira
Jhon Kleiton Santos de Queiroz	Rosália Freire
Joanderson Bruno Tavares	Vanúcia Hipólito Ramalho
Joice Bezerril Moreira	Wenderson Venceslau Barroso de Paula
José Silva de Souza	
Joyce Dayane dos Santos da Mata	
Júlio Cesar Ferreira Gomes	

APRESENTAÇÃO

O Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual (EMDV) reúne anualmente pesquisadores, acadêmicos e profissionais das áreas da Educação Musical Especial e Inclusiva e de Tecnologia Assistiva. O Evento objetiva provocar entre os seus participantes reflexões e ações que possibilitem a inclusão social das pessoas com deficiência e outras necessidades específicas em seus mais diversos contextos: educacional, artístico, comunicacional e tecnológico. A atual edição aborda especificamente a inclusão desse público no mercado de trabalho, trazendo como tema “Música, Deficiência e Mercado de Trabalho”.

Embora já houvesse nas edições anteriores do Evento a preocupação em discutir o processo de inclusão de pessoas com deficiência – indo além da deficiência visual – a sua sexta edição, que ocorre em 2018, reflete esse aspecto em seu título: “Encontro sobre Música e Inclusão” (EMI). Dessa forma, incorporam-se a esse momento as atividades e reflexões anteriormente abarcadas com a realização do “Seminário de Música e Inclusão”. Tal mudança visa promover uma discussão ainda mais integrada quanto aos desafios e nuances da inclusão de pessoas com deficiência na educação musical.

Debater o assunto é relevante para as discussões na área da inclusão e se coloca como plano de fundo ao cenário do ensino de música inclusiva. Embora haja legislação voltada pra inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Leis n. 8.213 de 24 de julho de 1991 e 13.146, de 6 de julho de 2015), o cenário brasileiro é desafiador. Dados do Ministério do

Trabalho apontam para a inserção de apenas 0,95% das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal no ano de 2017. Desse público restrito, aproximadamente 21% se insere no ensino superior (RAIS, 2017). Esse cenário nos direciona para alguns questionamos: como estamos incluindo? Para quem estamos incluindo? Para qual mercado? Quais saberes são necessários para o acesso ao mercado de trabalho? Como as empresas e instituições tem se comportado em relação à acessibilidade no ambiente de trabalho?

Diversos fatores compõem esse cenário, tais como: barreiras atitudinais; educação e qualificação profissional; papel da família; despreparo das empresas; e acessibilidade e adaptação do ambiente de trabalho (NEVES-SILVA; PRAIS; SILVEIRA, 2015). A complexidade desse cenário requer a construção de espaços de discussão que envolvam os diversos atores sociais – pessoas com deficiência, educadores, empresas e setor público. Esperamos que a realização do EMI contribua com essa integração e com o contínuo e crescente processo de inclusão.

O Encontro é uma realização da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN), com a parceria da Comissão Permanente aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE).

SUMÁRIO

Modalidade Comunicação Oral

OS DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MUSICAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO PROJETO ESPERANÇA VIVA <i>Jhon Kleiton Santos de Queiroz</i> <i>Edibergon Varela Bezerra</i>	9
DO INSTITUTO DOS CEGOS AO INGRESSO NO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: um estudo de caso <i>Marisa Nóbrega Rodrigues</i> <i>Aluska Danyelle Souto de Souza</i> <i>Patrícia Belisário Souza Albuquerque</i>	17
EDUCAÇÃO MUSICAL E DEFICIÊNCIA: adaptações de materiais para a inclusão do aluno de violão da pessoa com deficiência visual <i>Pâmela Araújo de Moura</i>	26
EDUCADOR MUSICAL DEFICIENTE VISUAL TOTAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA ZONA NORTE DE NATAL/RN: relato de experiência docente <i>Gessé José de Araújo</i>	35
ENTENDENDO CONCEPÇÕES E PROMOVENDO DIÁLOGOS: a inclusão de pessoas com deficiência visual na Escola de Música da UFRN <i>Maurício Eslabão da Fonseca</i>	47
PROJETO MUSICOGRAFIA BRAILLE: um relato de experiência vivido no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa <i>José Alessandro Dantas Dias Novo</i> <i>Vanessa Teodoro de Sousa</i> <i>Adriano Caçula Mendes</i>	61

Modalidade Pôster Científico

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: | 69
**práticas e desafios entre os segmentos
escolares na Escola Estadual Myriam Coeli**
Karina Messias da Silva Alves
Adriano Eduardo Livio Alves

SURDOS E OUVINTES: | 72
um encontro musical no Instituto Federal do Ceará IFCE
Thaise Cristina Marcelino Matias
Daniela Monteiro de Sousa

OS DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MUSICAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO PROJETO ESPERANÇA VIVA

Jhon Kleiton Santos de Queiroz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
kleitonmusica@gmail.com

Edibergon Varela Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
edbergon@hotmail.com

9

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual no projeto Esperança Viva, vinculado à EMUFRN - Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para tanto foi realizado uma entrevistas semiestruturadas com um aluno com deficiência visual, um aluno da Licenciatura atuando como monitor e a Coordenadora Geral do projeto, bem como a realização de uma pesquisa bibliográfica. Entre os principais referenciais, destacamos: Souza (2018), Martins (2016) e Bonilha (2006). Portanto, como resultado foi percebido que embora houvesse desafios para superar, os alunos estão motivados e sabem que podem contar com os professores nesse enfrentamento.

Palavras-chave: Formação Musical. Educação inclusiva. Deficiência Visual.

1 SESSÃO PRIMÁRIA

Os desafios no processo de aprendizagem musical da pessoa com deficiência visual no projeto esperança viva.

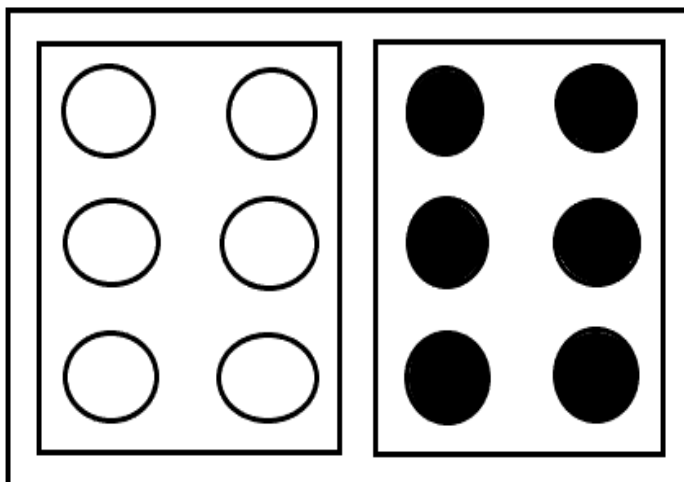
Antes é bom lembrar que ao longo da história, as pessoas com deficiência foram segregadas da sociedade por não serem consideradas capazes de se relacionar socialmente com as demais pessoas ditas normais. No entanto, diante de inúmeras lutas e estudos no combate dos estereótipos e preconceitos sociais, foi percebido que as pessoas com deficiência precisaria apenas de oportunidades e condições para o seu desenvolvimento em todos os aspectos, sejam, educacionais, profissionais ou sociais.

Diante desse exposto, um dos pontos principais para a quebra das diversas barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência, foi compreender quais os desafios que poderiam impedir o seu desenvolvimento. Após essa compreensão, foi possível enfatizar suas possibilidades nesse processo de inclusão, não apenas como um fenômeno de “bondade”, mas uma inclusão por merecimento, pois é sabido que a negação é um sentimento muito presente em nossa sociedade. Uma parcela das pessoas acredita que os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência, fazem isso por apenas bondade ou “piedade”, onde esse segundo termo na história foi um grande prejudicador no desenvolvimento das pessoas com deficiência, devido ao ato de não acreditar na capacidade delas, mas fazer um determinado trabalho por caridade, achando-as pessoas como “coitadinhas”.

Para a quebra desses estereótipos, ao logo das histórias, foram criados ferramentas e materiais que pudessem contribuir de modo efetivo no desenvolvimento das pessoas com deficiência. Sendo assim, para as pessoas com deficiência visual, o sistema Braille foi uma das principais “ferramentas” para a sua aprendizagem da escrita e leitura.

O sistema Braille é um código de leitura e escrita criado pelo francês Louis Braille, que consiste de um conjunto de seis pontos distribuídos em duas colunas, onde é denominado de cela Braille.

Figura 1 – Cella Braile



Fonte: Do autor.

Nota: Um retângulo que dentro dele tem duas celas braile, a primeira cela está com os seis pontos vazios e a segunda cela está com os seis pontos preenchidos.

Louis Braille teve como principal objetivo na criação desse sistema de leitura e escrita, promover a independência para aprendizagem das pessoas com deficiência visual, pois antes desse sistema, de acordo com Martins (2016, p. 60), “foram criados e testados vários métodos para ensinar aos cegos a realizar leituras de textos curtos, utilizando recursos como letras em relevo, caracteres em madeira ou metais, sistema de nós e pontos em cordas, alfinetes pregados em almofadas, entre outros”. No entanto, a aprendizagem acontecia de maneira lenta, devido à dificuldade na produção de materiais com essas características e o seu processo de aprendizagem.

Portanto, objetivando contribuir com a área da música e educação inclusiva, será apresentada uma pesquisa já em fase de conclusão, onde foi realizado um acompanhamento com algumas pessoas cegas participante do projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Projeto Esperança Viva e teve como problemática de pesquisa, saber os principais desafios enfrentados pelos alunos do projeto.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Como procedimento da coleta de dados foi feita uma pesquisa documental sobre os materiais teórico-metodológicos que serviram de base para este trabalho e realizada também uma entrevista semiestruturada com um aluno com deficiência Visual, um aluno da licenciatura que atua como monitor do Esperança Viva e a coordenadora geral do projeto.

Para cada entrevistado, foram levantadas duas questões distribuídas em duas categorias: (1) Quais os desafios enfrentados por eles junto ao projeto e (2) quais as contribuições que o projeto trouxe/traz para a vida pessoal/profissional deles.

O principal objetivo dessa pesquisa foi conhecer os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual no projeto Esperança Viva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato que quem lida diretamente com a educação inclusiva sabe dos desafios que surgem ao longo do caminho. O ato de ensinar requer pesquisas constantes e cuidados específicos. E, em se tratando de pessoas com algum tipo de deficiência, imediatamente se cria uma barreira que impede as pessoas de enxergarem a necessidade do outro e o pior, as distanciam de uma possibilidade real de convivência. O ensino de música para pessoas com deficiência visual dentro do projeto de extensão denominado Esperança Viva, abre portas e possibilita uma mudança de vida aos envolvidos, seja em alunos, professores e toda a comunidade externa. Porém, como foi dito, problemas e dificuldades sempre irão surgir.

A primeira delas é o aluno Cleyton Ramos que tem deficiência visual. Segundo ele, o projeto trouxe e traz muitos benefícios, mas há alguns desafios sobre o aprendizado da escrita em braile como é o caso do uso do software ‘Musibraile’, através do qual é possível criar e transcrever partituras em braile. É importante aqui ressaltar o papel do educador que deve estar apto para sanar toda e qualquer dúvida que surgir, considerando sempre o ritmo de aprendizado do aluno. No caso da escrita em braile, ter um instrutor que o acompanhe em cada etapa do

processo fará ele se sentir mais seguro para realizar as atividades propostas. Bonilha (2006) acredita que:

Em posse dos fundamentos da musicografia braile, o aluno se sente livre e independente para assimilar toda e qualquer partitura e para escrever músicas com total autonomia. É essa sensação de liberdade que pode levá-lo a se dedicar cada vez mais ao aprimoramento das habilidades ligadas à escrita musical. (BONILHA, 2006, p. 15).

13

Outro desafio citado pelo mesmo aluno é “ler a partitura em braile em razão não só da deficiência visual, mas também em razão da diabetes que deixa os dedos adormecidos” (RAMOS, 2018). É fato que a pessoa com deficiência visual precisa de uma referência para ter acesso à escrita, seja ela em alto relevo no papel, ou como em muitos casos, ter a fonte das letras aumentadas para quem apresenta baixa visão. Porém para casos em que o aluno perde a sensibilidade dos dedos, faz-se necessário que o professor pense em formas e estratégias de ensino que solucione esse problema. Graças ao desempenho da equipe de monitores, juntamente com a coordenação do Projeto Esperança Viva, situações como essas já não são vistas como empecilhos, afinal são realizadas reuniões periódicas para planejar e confeccionar materiais didáticos em braile que facilitam o aprendizado do aluno mesmo nessas condições mais extremas de perda da sensibilidade tátil ocasionado pela diabetes.

Como já foi abordado anteriormente, um fator que geralmente surge como obstáculo para o ensino de pessoas com deficiência visual é antes de tudo a falta de interesse das pessoas em tomar conhecimento da educação inclusiva devido ao receio de enfrentar ou lidar com os desafios dessa área de modo que os tirem de sua zona de conforto. Infelizmente esse é um pensamento comum que faz parte da nossa realidade. Na EMUFRN, há muitas pessoas que sabem da existência do projeto, mas por motivos diversos não conseguem se envolver diretamente, o que comprova uma minoria ativa no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. A respeito do exposto a Coordenadora do projeto e professora da EMUFRN Catarina Shin Lima de Souza (2018) explica

São poucos os que acreditam nesse ideal e, por isso mesmo, não buscam a melhoria de sua atuação pedagógica que contemple e permita a construção

de conhecimento de todos os seus alunos. Em relação ao apoio institucional (no que se refere à liberdade e incentivo para que continuemos esse trabalho a nível de extensão), não tenho do que reclamar. No entanto, sinto falta do “apoio” dos colegas, no que se refere ao envolvimento nos projetos e também na atuação em sala de aula onde tem alunos com deficiência matriculados em suas disciplinas dos cursos regulares. (SOUZA, 2018).

É pensando nesses desafios, que as disciplinas de música e educação especial e Musicografia Braille existentes na grade curricular da EMUFRN, servem como um alicerce de preparação para os alunos da graduação que não tem o menor conhecimento sobre o assunto, de maneira que através das aulas possam compreender um pouco do que envolve a educação especial e a aplicação da música no ensino das pessoas com deficiência visual. Um exemplo disso é o monitor Queiroz (2018) que contribuindo para a entrevista deste trabalho conta que o maior desafio que enfrentou ao iniciar no projeto foi “a falta de experiência com a musicografia Braille, tendo sido designado a trabalhar com a turma do terceiro nível na qual a maioria dos alunos já tem conhecimento e certo domínio sobre o braille”. Bonilha (2006) defende que

Frequentemente os professores não tem conhecimento sobre esse processo de leitura [...] uma vez que os educadores musicais desconhecem os mecanismos da leitura em braille, eles não se tornam aptos para desenvolverem nos alunos cegos as habilidades necessárias para a aquisição de fluência no uso da musicografia. (BONILHA, 2006, p. 1617).

Embora os alunos da licenciatura não estejam totalmente preparados para assumir uma turma inicialmente, como foi o caso de Isaac Queiroz, é importante que eles vivam e sintam essa experiência de estar em uma sala de aula convivendo com outros colegas, mesmo que a princípio estejam apenas observando e aos poucos possam ir aprendendo as especificidades da musicografia Braille na prática e se inserir na equipe de forma mais concreta.

Um último e importante desafio que a coordenadora Catarina Shin acrescenta, “é fazer com que as pessoas com deficiência também acreditem que elas são capazes, que elas exerçam sua cidadania exigindo seus direitos, porém também cumprindo com seus deveres” (SOUZA, 2018). Essa é uma questão bastante relevante e que deve ser levando em conta principalmente porque muitas pessoas com deficiência visual também criam barreiras com elas mesmas e com os

outros ao seu redor e isso é algo que deve ser quebrado através de uma conscientização geral.

4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

15

Diante de todos os desafios enfrentados no processo de aprendizagem pela pessoa com deficiência visual, foi percebido que se faz necessário conhecer a questão problema na procura de sua resolução, contribuindo assim, de maneira relevante para o desenvolvimento da pessoa cega.

Portanto, o projeto como Esperança Viva tem como um de seus objetivos despertar o interesse das pessoas pela área inclusiva e promover a seus alunos um ensino de qualidade e consequente inserção na sociedade, é perceptível que muito ainda há de se conquistar. E isso não é utópico.

Sendo assim, cabe ressaltar o quanto é importante que quebramos os estereótipos e as barreiras atitudinais, arquitetônicas e sociais. Para os futuros educadores musicais que atuam e atuarão em projetos dessa natureza, essas experiências podem trazer mudanças no fazer musical e pedagógico deles, bem como virão no projeto uma chance de sentir que podem contribuir para uma educação de qualidade, livre de preconceitos e paradigmas impostos pela sociedade, auxiliando também em suas buscas, reflexões e pesquisas na área de forma que em um futuro próximo possamos vislumbrar uma realidade educacional bem melhor.

REFERÊNCIAS

BONILHA, F. F.G. **Leitura musical na ponta dos dedos**: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores. 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MARTINS, Lisiê Marlene da Silveira Melo. **Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de estudantes cegos**. UFRN. Natal/RN, 2016.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. **Catarina Shin Lima de Souza**: entrevista III. [mar. 2018]. Entrevistadores: J. Queiroz e E. Bezerra. Natal, 2018. WhatsApp em de 19 março 2018.

DO INSTITUTO DOS CEGOS AO INGRESSO NO CURSO DE
LICENCIATURA EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE:
um estudo de caso

17

Marisa Nóbrega Rodrigues

Universidade Federal de Campina Grande
marisanbr@gmail.com

Aluska Danyelle Souto de Souza

Universidade Federal de Campina Grande
aluskadanyelle@yahoo.com.br

Patrícia Belisário Souza Albuquerque

Universidade Federal de Campina Grande
patriciabelisario@gmail.com

RESUMO

O curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) recebeu o primeiro aluno cego em 2018.2, fruto de um longo processo de educação musical inclusiva. Este caso gerou interesse em um grupo de discentes da disciplina Educação Musical Especial, em averiguar como se deu o processo de ensino-aprendizagem musical ocorrido anteriormente, no Instituto dos Cegos de Campina Grande (ICCG). Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo entender de que forma as contribuições da professora de música do ICCG influenciaram na formação musical deste aluno. E, ainda, pretende refletir sobre as ações que a UFCG realizou para adequar-se às necessidades do aluno cego. Como opção metodológica, buscamos dialogar com autores da área (LOURO, 2003, 2012, 2015), entre outros, a fim de potencializar a discussão em torno da Educação Musical Inclusiva. Em seguida, realizamos entrevista semiestruturada (PENNA, 2015), com a referida professora, no intuito de coletar dados e, posteriormente, entrecruzá-los com os autores estudados. Como resultado, observamos que as adaptações das atividades musicais realizadas pela docente, durante o processo de musicalização do aluno supracitado, foram fundamentais para a apropriação da linguagem musical. Acreditamos que este trabalho pode interessar aos que se dedicam ao ensino de música para pessoas com deficiência visual e, também, àqueles que discutem em torno da temática.

Palavras chave: Educação Musical Inclusiva. Deficiência visual. Musicalização.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, é crescente o número de pesquisas que têm como objeto de estudo a inclusão de pessoas com deficiência em diversos âmbitos da sociedade. No que se refere ao ensino de música, educadores musicais vêm desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, estratégias de aprendizagem e elaboração de materiais adaptados (SCHAMBECK, 2016).

O ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino superior, em especial aqueles com deficiência visual, é um processo que exige adaptação do corpo docente às demandas do aluno, entre outras questões relativas à acessibilidade e inclusão, pois “[...]a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos direitos disponíveis aos demais cidadãos (LOURO, 2012, p. 27).

Para ingressar no curso superior de música, em algumas universidades, é necessário realizar um teste de habilidade específica, o qual requer conhecimentos prévios sobre notação musical e harmonia.

Tendo em vista esta exigência, percebemos a necessidade de analisar como aconteceu o processo de musicalização no ICCG, que acolheu o aluno Jorge¹, com deficiência visual, levando-o a ingressar no curso de Licenciatura em Música da UFCG.

Sendo assim, este trabalho visa entender como se deu o processo de educação musical inclusiva, promovido pela professora Lívia Pontes, com o aluno Jorge, no ICCG. Pretende-se, também, evidenciar as ações empreendidas pela universidade para adequar-se às necessidades do aluno. Para tanto, o arcabouço teórico que fundamentou esta pesquisa, baseia-se em educadores musicais como LOURO (2003, 2012, 2015) e SCHAMBECK (2016), os quais acreditam que a pessoa com deficiência pode desenvolver suas habilidades musicais por meio de adequações e adaptações das atividades musicais. Para coletar dados realizamos entrevista semiestruturada (PENNA, 2015), com a professora de música do ICCG para, posteriormente, relacioná-los com os autores estudados.

¹ Para preservar a identidade, o aluno teve seu nome alterado.

Destacamos, ainda, as contribuições e o engajamento do corpo docente do curso de Licenciatura em Música que, em consonância com o aluno Jorge, sua família, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e o Grupo de Apoio a Estudantes com Deficiência Visual (GRAESDV), vinculados à UFCG, realizaram várias ações, como veremos adiante, para a efetiva inclusão de Jorge, no processo de admissão no curso de Licenciatura em Música da UFCG.

2 INSTITUTO DOS CEGOS DE CAMPINA GRANDE (ICCG) E O ENSINO DE MÚSICA

O ICCG, fundado em 1952, por José da Mata Bonfim, teve a atual sede inaugurada no ano de 1971. Após algumas dificuldades enfrentadas, o ICCG fechou por um período de seis anos, sendo reinaugurado em 2000 pelo pedagogo Jonhon Queiroz de Oliveira (SOUTO, 2008), que exerce a presidência nos dias atuais. Com o objetivo de promover uma educação inclusiva o ICCG recebe crianças, jovens e adultos com deficiência visual ou com baixa visão.

Esta Instituição possui uma sala específica, onde são ministradas as aulas de música, para todas as turmas, uma vez por semana e, ainda, dispõe de um estúdio de gravação que promove, anualmente, o registro e distribuição de produções musicais realizadas pelos alunos, com músicas autorais e de outros compositores. Vale ressaltar que a maioria dos instrumentos disponíveis foram doados pela comunidade local, através de campanhas promovidas pelo Instituto.

O ensino de música no ICCG teve início com o trabalho voluntário da professora Lívia Pontes, graduada em Letras e bacharel em Música pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com várias especializações na área de arte/música. O interesse da referida professora pela educação inclusiva, teve início quando ministrou aulas no curso de extensão em violão, na UFCG. Nesta ocasião, o interesse demonstrado pelo aluno cego, R., em ter aulas de música, tornou necessária a realização de algumas adaptações pela professora, em sua metodologia de ensino. Sua fala, registrada durante a entrevista, ilustra esse fato: “A primeira atitude foi adaptar a partitura para ele [...] explicando as noções de altura e

ritmo através das figuras em alto relevo. Porém, o repertório era ensinado de ouvido, eu tocava cada parte e ele repetia, até decorar” (PONTES, 2018).

A facilidade que os cegos têm em aprender ritmos e melodias, conta-nos Livia, possibilitou a realização de diversas atividades musicais com o uso da voz e de instrumentos, que muitos aprenderam a tocar em ambientes informais de educação, estimulando a formação de duos, e diversos grupos musicais.

Alguns anos mais tarde, a professora Livia teve acesso à musicografia Braille através da biblioteca do ICCG, possuidora da obra *Introdução à Musicografia Braille* (TOMÉ, 2003), levando-a a se interessar em aprender sobre este assunto.

A princípio, não era intenção introduzir, nas aulas de música no ICCG, o ensino de teoria musical, conta-nos Livia, pois o intuito seria avançar no aprendizado do repertório para flauta doce, por intermédio da escuta e repetição. Somente, após a formação da primeira turma infantil em 2005, quando os alunos já estavam alfabetizados em Braille e já tocavam flauta doce, foi que teve início o ensino da musicografia Braille no ICCG. Vale destacar que as partituras em Braille foram escritas pela própria professora.

2.1 O aluno Jorge

Desde muito pequeno, o aluno Jorge gostava de brincar com um teclado que recebera do seu pai, gerando nele um grande interesse pela música. Ao ingressar no ICCG, com seis anos de idade, teve início às aulas de flauta doce com a professora Livia Pontes.

Inicialmente, as aulas eram ministradas para a formação de um quarteto de flautas, com a participação efetiva de Jorge e três alunos da instituição. A professora Livia, ensinou primeiramente, as posições das notas na flauta e, posteriormente, a prática musical através da imitação e repetição, assim como nos disse. Considerando que muitos cegos possuem um ouvido apurado devido à deficiência visual, o trabalho com percepção foi a porta de entrada para o aprendizado das músicas durante as aulas.

Do quarteto de flautas, o aluno Jorge foi o que mais se interessou pela música, vindo a aprender vários outros instrumentos como: teclado, sanfona, violino, clarinete, piano.

A identificação do aluno Jorge com música levou o quadro docente da instituição a iniciar o trabalho de alfabetização com palavras relacionadas à música, o que facilitou o diálogo. A primeira palavra que ele escreveu foi “piano” e a que leu foi o nome da professora de música. Este fato demonstra o quanto a música é significativa na vida de Jorge desde criança. Sendo assim, a professora buscou dar aulas de história da música ocidental, fazendo a leitura de textos em torno de compositores de diferentes épocas alimentando, assim, a vivência musical do aluno a partir de obras eruditas. Vale sublinhar que o acesso a essas obras, ocorria por meio da escuta de CDs, mídia utilizada na época.

Lívia nos conta, também, que estabeleceu com Jorge um relacionamento muito próximo devido ao gosto acentuado que ele apresentava pela música, chegando a presenteá-lo com instrumentos musicais e inúmeros CDs.

Jorge resolveu, assim, fazer o teste de habilidade específica para ingressar no curso de Licenciatura em Música da UFCG. Tem início, então, novos desafios enfrentados por ele e pelo corpo docente da UFCG. A seguir, descrevemos como se deu esta trajetória.

3 O PROCESSO PARA INGRESSAR NA UFCG: o Teste de Habilidade Específica

A UFCG exige que todos os candidatos ao curso de graduação em música, submetam-se à participação no Teste de Habilidade Específica (THE), além de realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O teste consiste em uma prova escrita, ditado rítmico e melódico, solfejo à primeira vista e, também, uma prova prática para avaliar a execução musical do aluno no instrumento escolhido, com um repertório pré-definido no edital.

Anteriormente à realização do THE, na UFCG, a professora Lívia e a família do aluno Jorge estiveram presentes para dialogar com o coordenador do curso de Licenciatura em Música da UFCG, a fim de averiguar a possibilidade de recebê-lo,

seguindo o protocolo da universidade, porém, com as devidas adequações para atender o aluno com deficiência visual.

A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (LBI, Lei 13.146/2015) enfatiza a necessidade de “[...] adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, permanência, participação e aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015, p.7). Sendo assim, a UFCG criou em 2016, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), para acompanhar e atender estudantes com deficiência, dando-lhes assistência conforme a legislação vigente. Sobre isso, lembra-nos Louro (2015, p.34) que “[...] todos os estabelecimentos públicos e privados precisam estar aptos a receber todos os tipos de pessoas, ou seja, a sociedade precisa oferecer suporte para que todos possam usufruir de todos os benefícios e campos sociais”. Recentemente, foram realizadas várias visitas da atual presidente do NAI, com o fim de apoiar a coordenação do curso e, especialmente, o aluno Jorge, em sua trajetória no âmbito da UFCG.

Vale lembrar que, neste processo, o Grupo de Apoio a Estudantes com Deficiência Visual (GRAESDV), vinculado à UFCG, promoveu cursos de Braille e de musicografia Braille, e diversas palestras no âmbito da UFCG, no intuito de promover a sensibilidade dos acadêmicos e da comunidade em geral, em torno da Educação Inclusiva para pessoas com cegueira e baixa visão.

Nessa época, também, foi promovido um curso de extensão pré-vestibular, no intuito de capacitar os alunos interessados em realizar o THE. Assim, o aluno Jorge teve a oportunidade de aprimorar e revisar seus conhecimentos musicais, preparando-se para o referido teste.

Seis meses antes do THE, a professora Livia intensificou a musicografia Braille a fim de Jorge fazer a prova escrita e o solfejo à primeira vista, com propriedade pois,

[...] a maior dificuldade quanto à aprendizagem musical encontra-se na leitura. Mas se o material musical for transcrito para o Braille, a aprendizagem musical torna-se viável, dado que, esse sistema de leitura beneficia a todos os que se encontram na mesma situação (LOURO, 2003, p.72).

No dia do teste foi indispensável a presença da professora para dar apoio na prova escrita, interpretando as questões para Jorge e o avaliador, quando necessário.

Para a prova prática foi preciso escolher um instrumento para habilitação, dentre todos os instrumentos que Jorge tocava. A escolha do piano como instrumento específico, deu-se devido a sua vivência musical com o teclado, pois, desde adolescente, ele era convidado a tocar teclado em diversas igrejas evangélicas de Campina Grande, sendo conhecido por muitos da comunidade por sua habilidade em tocar o instrumento.

Todo o processo de aprendizagem do teclado ocorreu de maneira autodidata, sendo assim, para realizar a prova prática com habilitação em piano, Jorge estudou as peças do repertório exigido, através da escuta e imitação. No momento dos ensaios a professora Lívia contribuiu para o estudo, orientando-o quanto ao aspecto da performance e execução musical de toda a estrutura melódica e harmônica das peças, averiguando nota a nota.

4 BRAILLE E MUSICOGRAFIA BRAILLE: Curso de Extensão

Após a aprovação do candidato no THE, no período de recesso da UFCG, foi promovido um curso de Braille e musicografia Braille, para docentes e discentes, bem como pessoas da comunidade interessadas, por meio do Grupo de Apoio a Estudantes com Deficiência Visual (GRAESDV), da UFCG.

Na ocasião, estiveram presentes dois cegos, um deles, o aluno Jorge que interagiu com os participantes, corrigindo os exercícios realizados em musicografia Braille e, o outro para auxiliar a leitura e interpretação da escrita em Braille. Ainda, no primeiro momento do curso, teve a participação de alunas e monitores da UFCG que, juntamente a duas professoras, ministraram o curso de Braille. Nesta oportunidade, foi realizado um panorama da história da escrita Braille e, numa atividade prática, os participantes experimentaram fazer seu nome com o uso da reglete.

Duas alunas da disciplina de Educação Musical Especial, do curso de Licenciatura em Música da UFCG, participaram do referido curso e, uma delas, interessou-se em participar da seleção para apoiador inclusivo. Tendo sido aprovada, vem realizando atividades de acompanhamento do aluno Jorge, em concordância com a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Educação Musical Inclusiva desenvolvido no ICCG, com o aluno cego, Jorge, promovido pela professora Lívia Pontes, foi imprescindível, pois tanto o aprendizado musical realizado por intermédio da oralidade - no caso, escuta e repetição - como o domínio da musicografia Braille, levou-o a ter sucesso no THE, possibilitando seu ingresso na UFCG.

O movimento instituído com a chegada do primeiro aluno cego, no curso de Licenciatura em Música da UFCG, promoveu a interação entre grupos de pesquisa e apoio a pessoas com deficiência visual e, também, entre professores, alunos e, especialmente, do aluno Jorge e sua família com a comunidade acadêmica.

Sabemos que há, ainda, muitos desafios a serem enfrentados referentes à inclusão de Jorge nas atividades acadêmicas, pois há escassez de metodologias musicais para pessoas com deficiência (LOURO, 2015). No entanto, o interesse dos alunos e da professora da disciplina de Educação Musical Especial em estudar o caso de Jorge, abriu caminhos para reflexão em torno da Educação Musical Inclusiva no âmbito da UFCG.

Esperamos que esta pesquisa possa ampliar a discussão na área e instigar novos diálogos com pesquisadores e pessoas interessadas em Educação Musical Inclusiva, notadamente, àquelas que se interessam pelo ensino de música para pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. LEI nº 13.146, 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.ht>. Acesso em: 18 nov. 2018

25

LOURO, Viviane S. **As adaptações a favor da inclusão do portador de deficiência física na educação musical: um estudo de caso**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Música. Educação Musical na Universidade Estadual Paulista. UNESP. São Paulo, 2003.

LOURO, Viviane. **Fundamentos da Aprendizagem Musical da Pessoa com Deficiência**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Som, 2012. 296 p.

_____. Educação Musical Inclusiva: Desafios e Reflexões. IN: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baeta; **Música e Educação: Série Diálogos com o Som**. v. 2. Barbacena: EdUEMG, 2015. p. 33-49.

PENNA, Maura. **Construindo meu primeiro projeto de pesquisa em Educação e Música**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PONTES, Livia. **Livia Pontes**: depoimento [nov. 2018]. Entrevistadores: A. D. S. Souza, M.N. Rodrigues, P. B. S. Albuquerque. Campina Grande: ICCG, 2018. Entrevista concedida a duas alunas e professora da disciplina Educação Musical Especial da UFCG.

SCHAMBECK, Regina Finck. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 24, n.36, 23-35, jan./jun. 2016.

SOUTO, Danielle Alves. **Instituto dos Cegos de Campina Grande**. 2008. Disponível em: <<http://institutodoscegoscg.blogspot.com/2008/09/um-pouco-da-historia-do-instituto.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TOMÉ, Dolores. **Introdução à Musicografia Braille**. São Paulo: Global, 2003.

EDUCAÇÃO MUSICAL E DEFICIÊNCIA:
adaptações de materiais para a inclusão do aluno de violão com deficiência visual

Pâmela Araújo de Moura
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
araujo.pamela02@gmail.com

26

RESUMO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa inicial do curso de mestrado, e busca discutir a inclusão de pessoas com deficiência visual num entorno heterogêneo com o auxílio das tecnologias assistivas na adaptação de materiais didáticos para o processo ensino e aprendizagem do aluno de violão com a referida deficiência. Para esta discussão serão trazidos BEZERRA (2016), BONILHA (2006), GIESTEIRA (2013), JOLY (2003), OTA (2014) e TOMÉ (2003) a fim de fomentar abordagens acerca da deficiência visual e adaptação de materiais para esses alunos. Para a continuação desta pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa com a metodologia da pesquisa-ação.

Palavras-chave: Educação Musical; Deficiência visual; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem ampliado suas discussões abordando a música em múltiplos espaços e contextos distintos. Consequentemente o educador musical está cada vez mais sendo desafiado a buscar formação para atender essa multiplicidade. Contudo, sabemos que essa busca é contínua, e precisa ser realizada para além dos currículos dos cursos de graduação. Em meio a essa multiplicidade de espaços e realidades que o educador musical poderá encontrar em sua atuação docente, há um assunto emergente e cada vez mais presente em nosso cotidiano, no que concerne à educação especial.

Desta forma a inclusão é um assunto muito pautado atualmente, porém esse é um grande desafio, principalmente pelas condições apresentadas ao educador. A inclusão não acontece apenas pelo fato de uma pessoa com determinada necessidade especial frequentar o mesmo espaço que as pessoas sem a necessidade. Essa questão requer atenção, principalmente para que haja a preocupação da verdadeira inclusão. Para isso é necessário que a pessoa com deficiência receba e realize as mesmas atividades propostas, dentro das suas possibilidades. “É dever daqueles ditos “normais” engajarem-se na luta pela integração do deficiente ao nosso meio” (TOMÉ, 2003, p. 17). Para compreendê-la é necessário refletir sobre as limitações, ela não é uma exclusividade da pessoa com necessidades especiais.

A música é um importante promotor de inclusão, capaz de proporcionar a criação e interação entre pessoas com deficiência e sem deficiência. “[...] a inclusão não implica apenas em um respeito ou em uma tolerância às diferenças, mas, ao contrário, suscita o convívio pleno com a diversidade humana, extraindo-se todas as riquezas que dele advêm” (BONILHA, 2006, p. 7).

É nessa perspectiva que este trabalho propõe refletir a inclusão no processo de ensino aprendizagem num entorno heterogêneo, buscando estratégias plurais através de adaptações de materiais para assim promover um real espaço de inclusão, onde as pessoas com necessidades especiais tenham acesso ao mesmo conteúdo na medida do possível que os demais, além de desmistificar alguns preconceitos atribuídos às pessoas com deficiência. Ademais será discutido a

importância do professor na busca por possibilidades que possam promover essa inclusão, possibilidade essas que podem ser intermediadas pela adaptação de materiais, auxiliado pelas tecnologias assistivas.

2 DEFICIÊNCIA VISUAL

Para adentrarmos no campo da deficiência visual é importante desmistificar algumas ideias e compreender que ela pode acontecer de variadas formas na vida do indivíduo. Otta (2014), afirma que:

As deficiências visuais podem ser congênitas, ou seja, que se manifestam até os dois anos de idade; ou adventícias (adquiridas), que se caracterizam pela perda de visão de maneira imprevista ou repentina, seja na infância (a partir dos dois anos de idade), na adolescência, na fase adulta ou senil e geralmente são associadas por causas orgânicas ou acidentais.

Apesar de todo o histórico de desafios, exclusão e segregação, pelos quais as pessoas com deficiência já enfrentaram, já foi alcançado avanços significativos. Para que haja a inclusão de pessoas com deficiência em um meio heterogêneo, é necessário a adaptação de materiais e metodologias para que o aluno possa de fato ter acesso ao conteúdo da aula. Nessa perspectiva Joly (2003, p. 5) considera que:

Um professor musicalmente bem preparado, tendo em mãos uma programação de ensino variada e flexível, que permite adaptações e modificações nos procedimentos planejados, é capaz de adequar os critérios de avaliação em função das características de seus alunos e adaptar os procedimentos ideal para o desenvolvimento de cada tópico da aula, fazendo com que cada situação de ensino se transforme num degrau, possível de ser transposto, a caminho do desenvolvimento e da integração do indivíduo com necessidades especiais.

Comumente encontramos músicos que aprenderam tocar violão de ouvido. No caso do deficiente visual é mais comum ainda que tenha aprendido através da imitação. Corriqueiramente, há uma ideia de que pessoas com DV tem o desenvolvimento dos sentidos mais apurados. Essa ideia é muito considerada com relação a música. Porém é importante pensarmos que,

O desenvolvimento aguçado da audição, do tato, do olfato e do paladar é resultante da ativação contínua desses sentidos por força da necessidade.

Portanto, não é um fenômeno extraordinário ou um efeito compensatório. Os sentidos remanescentes funcionam de forma complementar e não isolada. (BRASIL, 2007, p. 15).

Sendo assim, é preciso considerar que um sentido não é automaticamente ativado com a perda de outro e a pessoa com deficiência precisa receber assistência educacional para desenvolver-se. Sobre isso Tomé (2003) afirma que:

O cego não é dotado de capacidades invulgares, nem mesmo possui memória extraordinária. [...] Claro que tem suas limitações, mas a pessoa cega, sem sombra de dúvida, pode tornar-se econômica e socialmente auto-suficiente, desde que tenha uma assistência educacional eficaz. (TOMÉ, 2003, p. 21).

A falta dessa assistência, muitas vezes o faz dependente de que sempre haja alguém tocando para que a partir daí execute uma peça. Essa prática até pode contribuir positivamente, quando estimula a apreciação e percepção. Por outro lado torna o acesso a independência musical cada vez mais distante, limitando-se ao ouvido e privando-se à descoberta de uma nova obra executada com sua própria interpretação.

A escrita musical é um aliado para a independência na interpretação de uma obra para o violonista. Assim, através da partitura o músico cego pode acessar a ideia do compositor e a partir dela criar sua própria interpretação, sem a necessidade de que outra pessoa precise executá-la. A escrita da musicografia é acompanhada de uma simbologia consideravelmente numerosa, onde para cada nota, figura, oitava e os outros elementos de uma partitura há sua determinada combinação nas selas Braille. Para a escrita do violão esses símbolos trazem uma quantidade maior, é necessário representar cada particularidade do violão: digitação da mão esquerda, da mão direita, cordas, números das casas entre outras. Isso torna a escrita para o instrumento com muitos detalhes e o deficiente visual precisa seguir a música, conforme a escrita, onde desde sua primeira leitura, precisará ler os mínimos detalhes da partitura.

A musicografia Braille é um caminho para a musicalização para o deficiente visual, porém não se torna único. Para Souza (2014, p. 33): “[...] o Manual Internacional de Musicografia Braille não é um material pedagógico que auxilia o seu ensino, ele deve ser visto como um compêndio de regras.”

Nessa perspectiva os materiais precisam ser estudados para que possam atender, na medida do possível as necessidades do aluno, para que ele não esteja segregado ao invés de incluído.

3 ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS

A adaptação de materiais tem muita importância no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual possibilitando que os mesmos tenham acesso ao mesmo conteúdo que o vidente, dentro das possibilidades. Bezerra afirma que, “Para que a pessoa com deficiência possa se desenvolver, é necessário que lhe deem condições para a realização de determinados objetivos” (BEZERRA, 2016, P. 62). Para essa adaptação existem múltiplas possibilidades dentre elas, a utilização de maquetes, adaptação de livros, o uso de softwares, como o musibaille, o MIDI, entre outros.

Na adaptação desses materiais tem-se o auxílio das tecnologias assistivas. Elas são utilizadas diariamente e muitas vezes passam despercebidas. As pessoas com deficiência visual têm acesso a muitas delas, contudo a mais notória é o sistema Braille. De fato, esse sistema é um dos principais meios de comunicação através da escrita entre pessoas cegas e por vezes com videntes. “Esse sistema de leitura e escrita foi criado em 1825 por Louis Braille, que também era cego”(BEZERRA, 2016, p. 56).

Com a música não é diferente, a escrita da Musicografia Braille é o principal sistema utilizado. Desenvolvido também por Louis Braille e baseado em seu próprio sistema. Esse código tem sido muito importante para a musicalização de pessoas com deficiência visual.

É importante pensar a adaptação de materiais para um melhor desenvolvimento musical dos alunos. Como afirma Giesteira (2013, p. 4) “A criação de materiais didáticos adaptados proporciona uma maior autonomia o estudante com deficiência visual, facilitando assim sua adaptação e inclusão em uma entorno heterogêneo.” Mas deve-se considerar também que “Se o professor faz com que o aluno realize algumas atividades com sucesso, possivelmente vai reforçar a sua autoestima. Ele obtém isso, respeitando as limitações e possibilidades de cada um,

encorajando-o a agir por sua própria conta” (JOLY, 2003). Sabe-se que o deficiente visual já tem uma certa dependência em muitas de suas atividades, contudo os recursos de tecnologias tem contribuído para a independência dessas pessoas. Por isso na música também é necessário que os auxiliem essa independência e consequente a autonomia dos mesmos.

Diante disso é notável o papel que o educador exerce como motivador do aprendizado musical, fazendo ligação entre o assunto teórico e as vivências musicais, buscando sempre materiais metodológicos que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem.

4 ENSINO DO VIOLÃO PARA O CEGO

Comumente encontramos músicos que aprenderam tocar violão de ouvido. No caso do deficiente visual é mais comum ainda que tenha aprendido através da imitação. Corriqueiramente, há uma ideia de que pessoas com deficiência visual tem o desenvolvimento dos sentidos mais apurados. Essa ideia é muito pensada com relação a música. Porém é importante pensarmos que, “O cego não é dotado de capacidades invulgares, nem mesmo possui memória extraordinária. [...] Claro que tem suas limitações, mas a pessoa cega, sem sombra de dúvida, pode tornar-se econômica e socialmente auto-suficiente, desde que tenha uma assistência educacional eficaz.” (TOMÉ, 2003, p. 21).

A falta dessa assistência, muitas vezes o faz dependente de que sempre haja alguém tocando para que a partir daí execute uma peça. Essa prática por sua vez tem seu lado bom, quando estimula a apreciação e percepção. Por outro lado torna o acesso a independência musical cada vez mais distante, limitando-se ao ouvido e privando-se à descoberta de uma nova obra executada com sua própria interpretação.

A escrita musical é um aliado para a independência na interpretação de uma obra para o violonista. Assim através da partitura o músico cego pode acessar a ideia do compositor e a partir dela criar sua própria interpretação, sem a necessidade de que outra pessoa precise executá-la. A escrita da musicografia é acompanhada de uma simbologia consideravelmente numerosa, onde para cada

nota, figura, oitava e os outros elementos de uma partitura há sua determinada combinação. Para a escrita do violão esses símbolos trazem uma quantidade maior, é necessário representar cada particularidade do violão: digitação da mão esquerda, da mão direita, cordas, números das casas entre outras. Isso torna a escrita para o instrumento com muitos detalhes e o deficiente visual precisa seguir a música, conforme a escrita, onde desde sua primeira leitura, precisará ler os mínimos detalhes da partitura.

A musicografia Braille é um caminho para a musicalização para o deficiente visual, porém não se torna único. Para Souza (2014, p. 33): “[...] o Manual Internacional de Musicografia Braille não é um material pedagógico que auxilia o seu ensino, ele deve ser visto como um compêndio de regras.”

Na particularidade da notação musical para o violão há muitos sinais, isso torna o processo da execução de mais difícil acesso. Ao estudar uma peça de violão, o violonista vidente observa do macro ao micro, ou seja, antes das informações de digitação, repetições, posição, ele primeiro ver a melodia e acompanhamento da música. O cego acessa a peça ao contrário, partindo primeiramente dos detalhes da peça, ele vai do micro ao macro e isso torna o processo de execução muito mais lento, pois além da leitura, o mesmo precisa memorizar a música para poder executá-la. Além disso, há outro fator que diferencia o estudo do violonista vidente e do violonista cego. O violonista vidente tem o recurso visual, enquanto o cego tem apenas o recurso da memorização. Em caso de precisar rever algum trecho, será mais simples para o vidente, enquanto o cego precisará ler novamente a partitura a cada compasso. Segundo Bonilha (2006), o deficiente visual não possui uma noção geral do trecho lido além de que ele não no momento em que estão tocando eles não podem se dispor de suas mão para conferir o que está escrito.

É importante a busca por uma adaptação da notação musical na transcrição de partituras para violão. No repertório violonístico é importante que haja um repositório, capaz de trazer apenas informações necessárias, tanto para quem vai tocar, quanto para quem transcreve. Vale salientar que, na transcrição Braille, quanto mais houver elementos na partitura, maior será a margem de erro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por alternativas para que possamos incluir pessoas com deficiência, é uma necessidade atual. Precisamos olhar com sensibilidade para essas pessoas oportunizando que elas possam gozar do direito de conviver normalmente em sociedade. Enquanto professores em formação contínua, podemos buscar estratégias didáticas e metodológicas que possam contribuir para esse processo, pois somos promotores da inclusão no contexto educacional.

A utilização de adaptação de materiais exerce papel importante para que a pessoa com deficiência possa ter o acesso ao conteúdo desenvolvido em sala. As tecnologias assistivas têm auxiliado este processo. Vale ressaltar que o fato da pessoa com deficiência está no mesmo ambiente que os demais não se caracteriza inclusão. Se ela estiver em atividade diferente, este será um ambiente de segregação. Sabemos que é necessário que a formação do educador musical seja pensada nas múltiplas perspectivas de educação, promover a inclusão social é dever de todos. Mas é imprescindível que essa formação seja construída ao longo de toda a trajetória acadêmica do professor, buscando sempre novos recursos e metodologias.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Edibergon Varela. **Música e deficiência visual**: os processos de aprendizagem musical no Projeto Esperança Viva. 2016. 129 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Leitura musical nas pontas dos dedos**: caminhos e desafios do ensino da musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores. 2006. 226 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

GIESTEIRA, Adriano Chaves. **La enseñanza de la música para personas con discapacidad visual**: elaboración de um método de guitarra. 2013. 195 f. Tese (doutorado) – Facultad de Ciencias de La Educación. Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, ESP, 2013.

JOLY, Ilza Zenker Leme. **Música e Educação Especial**: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos. Educação: revista do Centro de UFSM, Santa Maria. RS, v. 28, n.2, jul-dez. 2003. Não paginado.

OTA, Rafael. **Os cursos de formação de profissionais aptos ao trabalho de educação musical para alunos com deficiência visual**. 2014. Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

TOMÉ, Dolores. **Introdução À musicografia Braille**. São Paulo: Global, 2003.

EDUCADOR MUSICAL DEFICIENTE VISUAL TOTAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA ZONA NORTE DE NATAL/RN:

relato de experiência docente

Gessé José de Araújo

Escola Estadual Myriam Coeli
araujogesse@gmail.com

35

RESUMO

O presente trabalho se trata de um relato de experiência docente de um professor de música com deficiência total atuando no Ensino Fundamental e Médio da Escola Estadual Myriam Coeli, na Zona Norte do município de Natal (RN). Objetiva apresentar algumas dificuldades encontradas como no preparo e utilização dos materiais didáticos, a escassez e estado dos recursos didáticos oferecidos pela Escola Estadual Myriam Coeli, relatar sua chegada na escola e reação da equipe de profissionais, e por fim, relatar como foram as dificuldades encontradas em sala de aula pelo educador musical Cego dando aula de música para pessoas ditas normais e como superou a difícil tarefa de dar aula sem enxergar.

Palavras-chave: Ensino de música. Professor deficiente visual total. Relato de experiência.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo as pessoas com deficiência foram consideradas pela sociedade como pessoas fora da normalidade, ou seja, que fugiam aos padrões de convívio e critérios adotados pela grande maioria da população. Acerca da inclusão, as pessoas com deficiência foram excluídas integralmente do ensino público regular, por achismos que pressupunham que as mesmas não tinham capacidade social para se desenvolverem em condições de igualdade com as pessoas “ditas normais”. Por conta disso, as pessoas com deficiência eram destinadas a instituições especializadas para pessoas com necessidade educacionais especiais, sendo segregadas de acordo com suas deficiências. Nestas instituições as pessoas com deficiência aprendiam a ler, escrever, e tinham aulas de atividade diária, dentre outras.

Assim sendo, os indivíduos com deficiência, eram privados do convívio com outras pessoas. Desse modo, o ensino que acontecia nessas instituições é classificado como educação especial. Diante disso, as pessoas com necessidade específicas eram alfabetizadas e também permaneciam distantes da sociedade. Além disso, esses indivíduos sofriam também com a falta de conhecimento da família que, muitas delas, escondiam essas pessoas, com o intuito de superprotegê-las das “possíveis” frustrações da vida em sociedade.

Segundo o manual de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, no século XIX tratou-se “de se buscar os direitos sociais com ações estatais que compensassem aquelas desigualdades, municiando os desvalidos com direitos implantados e construídos de forma coletiva, em prol da saúde, da educação, da moradia, do trabalho, do lazer e da cultura para todos.” (BRASIL, 2007 p. 10).

Desde então, as pessoas com deficiência passaram participar das atividades sociais como qualquer outra pessoa. E passaram cada vez mais buscar trilhar seu próprio destino, lutando pelo desenvolvimento das legislações, a favor da inclusão, tanto em relação à educação como também para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, podemos perceber que falta muito para que as empresas se adaptem a realidade para essa demanda.

Na conjuntura evolutiva do direito humano, conceberam-se leis para a integração e inclusão para pessoas com deficiência. Desde então, as pessoas com deficiência, passaram a lutar por seus direitos perante a sociedade, como o direito de ir e vir, e o mais importante, participar do meio social de forma integral e ativa. Conforme os documentos internacionais e nacionais, estão amparadas as garantias globais que visam assegurar os direitos a qualquer pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais, de desfrutar das suas liberdades, direitos e deveres perante qualquer meio social, impedindo e se opondo a qualquer tipo de discriminação e preconceito.

A partir da conferência de Salamanca, junto com as Nações Unidas, declarou-se que todos os governos integrantes da convenção, tem o dever de inserir as pessoas com deficiência em um sistema de educação de qualidade e sem discriminação.

Nesse sentido, as pessoas com deficiência passaram ter direitos plenos, assegurados pela convenção, dentre eles: o direito a segurança, saúde, educação básica, emprego e renda, dentre outros.

Atualmente no Brasil está em vigor a lei 13.146/2015 conhecida como o Estatuto da pessoa com Deficiência, que proporciona a igualdade de direitos para todas as pessoas com deficiência a todos os bens e serviços sociais. Em relação à educação, de acordo com o capítulo quarto artigo da lei diz o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015 p. 21).

Consequentemente a lei propõe que o indivíduo com deficiência se prepare ao longo de sua vida educacional para o mercado de trabalho, passando por todo processo que uma pessoa deve passar. Assim, o aprimoramento das instituições, devem visar a capacitação dos profissionais para atender as pessoas com deficiências, abrindo oportunidade de cursos em todas as áreas profissionais, ampliando desta maneira, a quantidade de profissionais com deficiência no mercado de trabalho.

2 PROFESSOR DE MÚSICA COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL NA ESCOLA

Ser professor de uma escola era para mim algo inimaginável, ou seja, que algum dia isso pudesse acontecer. Apesar de ter sido aprovado em concurso público, não presumia que seria chamado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Como encontrava-me ainda no final do curso de licenciatura em Música, fiquei bastante surpreso e, ao mesmo tempo, inseguro para assumir uma sala de aula naquele momento. Tive vontade de não comparecer ao chamado para assinar o contrato, porém encontrei muitas pessoas pelo caminho que me motivaram a superar minhas inquietações e a seguir em frente.

Então, depois de superadas as inquietações, passei por todo processo para adiantar as disciplinas e também pedir a prorrogação na Secretaria de Educação para conseguir tempo hábil de concluir e defender o trabalho de conclusão de curso (monografia), para colar grau em antecipado e assumir a função de professor de música do Estado do (RN).

Após concluir a Monografia e as disciplinas remanescentes, levei todos os documentos para a secretaria de educação. Chegando lá depois de levar toda a documentação exigida, fui conhecer a instituição de ensino no qual ia trabalhar. Pensei que eles iriam me colocar em uma escola próxima da minha casa, entretanto me encaminharam para um estabelecimento de ensino na Zona Oeste da Cidade do Natal. Como eu morava na Zona Norte, ficou inviável para o deslocamento da minha casa para a escola, principalmente por ser no período noturno, e em regiões distintas onde teria que me locomover pegando mais de um transporte. Então, pedi encarecidamente que tentassem me encaminhar para uma instituição de ensino nas proximidades da minha casa.

Só depois de uma semana a Secretaria de Educação me direcionou para uma escola próxima da minha residência. Chegando lá no estabelecimento de ensino, a escola estava oferecendo só sete horas de aula. Nesse caso, tive que voltar para a Secretaria para encontrar outra escola a fim de completar o restante da carga horária. Para sorte minha, um funcionário da secretaria ligou para uma escola bem próxima da minha casa perguntando se existia vaga e, como responderam que sim,

acabei completando nessa escola minha carga horaria no turno matutino, horário este que era mais viável para o deslocamento trabalho residência.

2.1 O processo de inserção e adaptação no ambiente de trabalho

39

Meu primeiro comparecimento como professor de educação musical na escola Myriam Coeli, foi em meados de 2017. Logo que cheguei no meu primeiro dia de trabalho, fui acolhido por uma professora da área de educação especial, professora Helda, da sala multifuncional da escola.

Nesse dia, ela me apresentou todo o espaço físico da escola, desde a sala de aula até a cozinha. Enquanto a professora Helda me mostrava o ambiente, eu percebi que ainda faltava acessibilidade física. Depois de apresentado todo o recinto fui conduzido para a sala dos professores, onde tive a oportunidade de conhecer uma parte do corpo docente da escola. Logo depois fui apresentado a outros profissionais da escola: equipe da secretaria, da cozinha e vigias.

Conforme foi colocado anteriormente, historicamente, as pessoas com deficiência foram bastante estigmatizadas por muito tempo pela sociedade, sendo julgadas como incapazes e muitas vezes causando pena nas pessoas próximas e familiares. Assim, um dos primeiros desafios que enfrentei foi uma espécie de sabatina que passei junto aos docentes da escola Myriam Coeli. Cada um dos professores da escola teve oportunidade de fazer perguntas das mais variadas, entretanto as questões eram em grande parte acerca da minha deficiência, as dúvidas mais frequentes eram: sobre como eu ia ter autoridade e o domínio em sala de modo que não tinha como observar (ver) os alunos? Como eu ia resolver a situação daqueles alunos que gostam de sempre sair de sala de aula? E os que ficam caminhando de um lado para outro? Realmente eu não sabia como responder a tantas perguntas que foram feitas na época, pois até aquele momento nunca tinha tido contato profissional e sozinho com o público vidente em sala de aula como meus alunos.

A minha vivencia como docente tinha sido com indivíduos com deficiência visual e pessoas com autismo, em um projeto de extensão universitária, o Esperança Viva da escola de música da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte (EMUFRN). Apesar de dar aula de flauta para esses alunos, eu sempre estava com colegas na sala. Esse projeto foi para mim mais do que somente o lugar onde a preendi tocar flauta doce e alguns instrumentos musicais, mas um espaço em que tive a oportunidade de contribuir para aprendizagem musical de pessoas com deficiência, como monitor por muito tempo enquanto estive no curso de licenciatura em música.

40

Com relação à equipe da escola que iria trabalhar, percebi que os docentes estavam preocupados com a minha postura em sala de aula, pois seriam em turmas de Ensino Fundamental II e de Ensino Médio. Estavam preocupados que os alunos não correspondessem as atividades que seriam propostas por mim. Passar por essa “sabatina” por parte dos professores não foi para mim considerado como algo estranho. Entendo o lado deles, pois era a primeira vez que estavam lidando com essa situação de convívio com uma pessoa com deficiência no ambiente de trabalho. Também muito se fala na inclusão onde é o aluno e não o professor que tem um tipo de deficiência. Há uma lacuna muito grande nas pesquisas que tratem do profissional com deficiência. E em se tratando da docência, subentende-se que todo educador deve

[...] estar preparado para planejar e conduzir atividades de ensino que atendam as especificidades educacionais dos alunos com e sem deficiência, o que implica dizer que sua prática deve dar conta de atender as múltiplas formas de interação entre os participantes das atividades e fenômenos estudados. (CAMARGO, 2012, p. 15).

O mais difícil para mim foi ouvir de pessoas da própria família os questionamentos de como eu ia fazer para dar aula, já que não eu não enxergava. É muito difícil superar essa falta de informação por parte das pessoas, mas felizmente não fui impedido de assumir o cargo, a exemplo do que aconteceu com uma pedagoga de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) que, apesar de ter sido aprovada em concurso público, foi recusada como pedagoga. (ANDRADE, 2010).

Mesmo com as dúvidas apresentadas pelas pessoas com relação à minha capacidade, ou dúvidas se realmente os indivíduos com deficiência são capazes de chegar a tal feito. Prossegui para provar que ter uma deficiência não é sinônimo de incapacidade, muito embora seja desanimador ainda encontrar pessoas que não

percebem que os indivíduos com deficiência são capazes de realizar das mais variadas atividades no dia a dia.

Então, a minha principal resposta a todos aqueles tinham dúvidas das minhas reais capacidades foi em forma de trabalho duro. É claro que errei e vou errar bastante enquanto estiver à frente de uma sala de aula. Mas, tudo isso serve como um leque de possibilidades e caminhos que vão me direcionar para construção de metodologias que me auxiliem a não cometer os mesmos erros, em sala de aula.

2.1.1 Materiais didáticos

Eu sabia que os recursos e tecnologia que são desenvolvidos para pessoas com deficiência, visando prestar assistência tanto para os estudos como para o trabalho, era um importante caminho para trabalhar em sala de aula.

No entanto, quando se trata de escola Pública percebe-se um ambiente precário para o trabalho: falta de tinta para colocar no lápis para quadro branco, data show com mau uso, muitas vezes encontra-se cadeiras quebradas, bem como podendo encontrar livros em quantidade insuficiente para atender às demandas da escola. E quando o docente é uma pessoa com deficiência, a escassez de materiais didáticos que deem suporte ao educador musical, é bastante escasso, pra não dizer nulo. Na biblioteca da escola em que trabalho, contém apenas quatro livros sobre músicas folclóricas e em tinta, quantidade de livros insuficiente para todos os alunos.

Com relação aos instrumentos musicais, a escola possui: seis violões (apenas dois deles estão com encordoamento); um contrabaixo elétrico, dois teclados (sem fontes de alimentação que permita liga-los). Sobre os equipamentos de som (cabos de microfones, pedestais, mesa de som, dentre outros), todos apresentam problemas por falta de conservação. Salvo, uma caixa de som, que é usada nos eventos da escola. Para os alunos conseguirem preparar um ensaio ou alguma apresentação, eles têm que levar os seus próprios instrumentos para a escola. Só assim eles conseguem mostrar as suas performances nas exposições dos trabalhos bem como na mostra cultural da escola, que ocorre a uma vez por ano.

Como eu não consegui visualizar quase nenhum material musical para usar em sala de aula, eu tive por muitas vezes que levar os meus para a escola. levei

alguns instrumentos de percussão para usar em sala de aula tendo em vista que a escola não oferece equipamento necessário para aula de música. Também, muitas vezes, precisei levar também um equipamento de som para usar em minhas aulas. Para que eu tivesse algum recurso de áudio ilustrativo para disciplina de educação musical.

42

Outro recurso didático usado nas minhas aulas foi um equipamento que está sendo desenvolvido por Júlio César, aluno do curso de licenciatura em música da UFRN. Na realidade, é um protótipo de software que ele chamou de “Professor Piano”, que é um disparador de sons predefinidos em seu banco de dados. Esse projeto está sendo desenvolvido desde 2015 e consta de programação de algoritmos e gravações de sons os quais o professor acessa com a combinações de teclas. Nos bancos de dados tem comandos de perguntas e respostas sobre conteúdos diversos de música, sons de instrumentos, timbres variados, histórias da narradas, automações, solfejos etc. Para disparar os sons é necessário um teclado e também um computador ou notebook. O professor piano propicia acesso fácil através do Windows, porém, depois de aberto, o professor piano disponibiliza dezenas de sons para que o professor ou estudante dispare ao seu próprio gosto ou interesse e na ordem que escolher. Daí as possibilidades são infinitas e ficam critério do indivíduo que estiver manuseando.

A proposta do professor piano como recurso tecnológico em sala de aula contribuiu na minha performance educacional e no aprendizado dos meus alunos. A ideia é que essas aulas sejam mais lúdicas e interativas, que os alunos possam ouvir áudios reproduzidos pelo equipamento e conhecer um pouco mais a música também explorando o equipamento. Diante dessa tecnologia, poderei apresentar conteúdos com qualidade com nova forma de ensino. No quesito material, ele é bastante interessante para o educador, pois pode-se usá-lo como uma ferramenta didática. Como professor, com deficiência visual, o equipamento é bastante útil em sala de aula, e talvez o único que me foi viável, proporcionando maior aprendizado por parte dos alunos.

Um dos problemas que tenho nas aulas, é para acessa e tocar músicas no computador, porque devido ao barulho que tem na sala e fora dela, muitas vezes o som do notebook é coberto por esses ruídos. Dois recursos que uso em sala e que

me são muito úteis: Professor Piano e o projetor multimídia na apresentação de sons que eu apresento em sala de aula. Esse equipamento tem sido de grande ajuda durante as aulas. Quando os alunos, estão indispostos para manipular o data show ou não estão a fim de escrever no quadro, logo recorro ao professor piano.

3 PRIMEIRAS ATIVIDADES E EXPERIÊNCIA DOCENTE

No primeiro momento em que me apresentei às turmas do fundamental falei da minha trajetória de vida, de como consegui chegar a uma formação profissional. Falei acerca da minha perda visual e como foi o processo de superar os obstáculos da vida sem perceber o que estava ao redor pelo sentido da visão. Logo depois, desenvolvi uma atividade de integração com o objetivo de conhecer a turma bem como provocar um momento de descontração entre todos os presentes. Então, pedi para que todos ficassem em semicírculo a fim que todos pudessem se ver. Pedi a cada um dos alunos que formassem um gesto com a mão ou usando qualquer parte do corpo, combinando com o seu nome. Todos tinham que repetir o que o colega tinha feito.

Outra prática feita com os alunos foi de percussão corporal com uma parlenda: o “Marcos no Calçadão”. Essa atividade os alunos tinham que repetir uma parlenda e o ritmo era executado através de palmas, mãos nas coxas e batidas de pés no chão. Pedi que todos ficassem em pé para fazer a atividade. Percebi que, com algumas turmas, a atividade desenvolvida não atraiu alguns alunos. Ainda assim, coloquei a letra da parlenda no Datashow, a fim que todos acompanhassem ao mesmo tempo. A parlenda foi dividida e ensinada em pequenas partes para facilitar a memorização da letra juntamente com o ritmo corporal proposto. Ainda assim um grupo de alunos permaneceu sem dar crédito à atividade proposta. Fiquei apreensivo pelo comportamento apresentado entre os alunos durante a aula da educação musical.

Diante disso, reflexões surgiram sobre a minha atuação em sala e sobre os alunos, minhas impressões e interpretações do ocorrido, me fez passar por momentos angustiantes e de buscar entender as posturas dos alunos em relação às atividades de música. Grande parte dos alunos apresentaram dificuldades de

participar das execuções das atividades musicais propostas, alguns nunca tiveram aula de música. Só depois de muito tempo eu comecei a compreender tal conduta. Muitos deles vão para escola com fome, vem de muito longe, outros apresentam problemas familiares e etc. Dando sequência, acerca das outras situações da sala de aula com os alunos, tive de desenvolver estratégias para que eu não perdesse os alunos por evasão pela falta de interesse da aula de música. Uma das estratégias foi sugerir que eles próprios fizessem a chamada. Por muito tempo a chamada era feita por uma lista feita por um dos alunos. Logo depois, a frequência passou a ser por um aplicativo instalado em um celular, alternando-se consecutivamente. Outro ponto foi para que algum aluno, escrevesse o conteúdo no quadro a fim de envolver o alunado na participar das aulas como meu monitor. Essa estratégia deu certo por pouco tempo. Como aquele aluno, que tinha interesse de escrever no quadro, mas tinha problema na escrita e os colegas não compreendiam. Os alunos, reclamavam que não entendiam o que estava escrito no quadro. Então tive que recorrer para o Datashow novamente, os alunos me ajudavam muito nesse aspecto. Tive algumas dificuldades para que os alunos aprendessem a utilizar o equipamento. Quando o aluno que sabia mexer no aparelho faltava a aula, ficava bastante complexo para conduzir a aula. Muitas vezes eu perdia a metade da aula tentando achar uma pessoa que soubesse operar o equipamento.

A respeito do professor piano, como um dos meus recursos didáticos utilizado em sala foi bastante proveitoso, pois me ajudou bastante no ensino de alguns conteúdos musicais. Também, as aulas passaram ser mais atrativas para os alunos. Foi uma ferramenta bem recebida pelos alunos.

Por fim, outro desafio enfrentado foi acerca das maneiras como iriam ser as avaliações bimestrais. A escola tem um sistema de avaliação que é a semana de provas, que devem ser escritas. Onde a coordenação escolhe o dia da aplicação da prova e os conteúdos e todas as turmas fazem a prova no dia escolhido. No entanto, o professor que não dispõe do recurso da visão não tem como aplicar a avaliação com as suas turmas tendo em vista que as mesmas têm que ser individuais e, portanto, era preciso encontrar uma maneira para aplicar as provas sem que os alunos não “colassem” as respostas uns dos outros. Então, tive ajuda de alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Ministério da

Educação. Projeto desenvolvido para docente em cursos presenciais desenvolvido na escola de música da (EMUFRN). Como fui aluno do coordenador do PIBID na época, e conhecia alguns alunos que estava fazendo trabalho como bolsistas, liguei para o professor da escola de música e coordenador do PIBID Música, o professor Danilo Guanais. Perguntei se poderia me ajudar com a situação que estava passando. Então, ele enviou quatro bolsistas para me ajudar durante as provas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência por muito tempo brigaram por seu espaço na sociedade. A partir dos movimentos em prol da inclusão social dessas pessoas ao longo dos anos é que tem acontecido mais oportunidades de acesso aos bens e serviços sociais. Mesmo ciente de que ainda está abaixo do ideal, já é possível vislumbrarmos novas possibilidades de atuação das pessoas com deficiência nos mais diversos âmbitos (educacional, profissional). Consequentemente, encontramos pessoas com deficiência cada vez mais participativos na sociedade.

Como foi possível perceber no relato da experiência de docência, há ainda algumas lacunas formativas que será necessário preencher: domínio de recursos didáticos, metodológicos e de tecnologia. A consciência dessa necessidade tem me incentivado a continuar meus estudos musicais através do ingresso no Curso Técnico de violão e também em atividades de capacitação e de formação continuada promovidos por eventos diversos e outras ações de extensão. Também já sinto a necessidade de investir em um curso de pós-graduação para melhorar meu fazer pedagógico e científico.

É preciso buscar mais caminhos para oportunizar às pessoas com deficiência para exercer diversas atividades a partir de suas reais capacidades e habilidades, seja no âmbito educacional ou profissional. Que elas possam ser mais participativas na sociedade. É preciso acreditar nelas. Não por força de lei, mas sim, porque são iguais em direitos e deveres. O foco deve estar na força, na capacidade para além da deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jorge M. P. de. (12 de fevereiro de 2010). **A música que educa não depende só dos olhos**. Disponível em: <<https://infoativodefnet.blogspot.com/2010/02/musica-que-educa-nao-depender-so-dos.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Brasília: MTE, SIT, DEFIT, 2007.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF): jul. 2015.

CAMARGO, Eder Pires de. **Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MORENO, Ana Carolina. (03 de setembro de 2013). **Professor cego mostra em livro como ensinar física para quem não enxerga**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/professor-cego-mostra-em-livro-como-ensinar-fisica-para-quem-nao-enxerga.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

RODRIGUES, Fabio. (15 de outubro de 2017). **Professor cego e cadeirante inspira alunos: ‘A superação está dentro de cada um’, diz**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/professor-cego-e-cadeirante-inspira-alunos-a-superacao-esta-dentro-de-cada-um.ghtml>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

ENTENDENDO CONCEPÇÕES E PROMOVENDO DIÁLOGOS:
a inclusão de pessoas com deficiência visual na Escola de Música da UFRN

Maurício Eslabão da Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
mauricio_eslabao@hotmail.com

47

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade expor um projeto de pesquisa que se pretende aplicar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, o intuito desse projeto de pesquisa é promover o diálogo entre discentes com deficiência visual da graduação em música da UFRN e os docentes que tem desenvolvido atividades com estes alunos, visando incluí-los da melhor maneira possível. Para que essa inclusão aconteça de fato acredito que o melhor caminho seja escutar o aluno para levantar dados levantados, conhecer as dificuldades e desafios que os alunos com deficiência visual sentem em sua formação para num segundo momento buscar conscientização e troca de experiências e metodologias pelos docentes que atuam nesse contexto.

Palavras-chave: Música e Educação Inclusiva. Formação de professores. Deficiência visual.

1 INTRODUÇÃO

As universidades têm cada dia mais buscado se tornar espaços democráticos onde as pessoas adentram para buscar conhecimentos e formação específica em determinada área, esperando encontrar uma formação que seja ponderada para todos. Nesse sentido, as pessoas com deficiência têm batalhado por seus espaços nos cursos de graduação. Entretanto, alguns cursos utilizam em seu processo seletivo provas específicas, como acontece frequentemente nos cursos de música. Essa prática por muito tempo dificultou o acesso das pessoas com deficiência, não por culpa do processo seletivo em si, mas por não existirem escolas especializadas, cursos e outros locais de formação que conseguissem promover o ensino da linguagem musical adequadamente, levando em consideração as especificidades das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tem desenvolvido projetos de extensão que visam dar oportunidade às pessoas da comunidade externa com algum tipo de deficiência de vivenciar os benefícios da aprendizagem musical, proporcionando uma vivência musical ativa, e aos alunos dos cursos regulares uma experiência de ensino com alunos que possuem necessidades específicas.

Esses projetos têm crescido e se consolidado ao longo dos anos, e como um dos desdobramentos mais recentes desses projetos a Escola de Música da UFRN, está o ingresso de mais alunos deficiência visual em seus cursos regulares de graduação e técnico.

No sentido de incluir as pessoas com deficiência, a UFRN criou a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) através da Portaria 203/2010. Desde então, a CAENE tem buscado de diversas maneiras incluir os alunos com deficiência da UFRN, especialmente aproximando-se dos departamentos da universidade, criando núcleos dentro dos setores. Nesse sentido, a EMUFRN conta com o Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN) que tem desenvolvido atividades de adaptação para os alunos cegos que ingressaram nos cursos da Escola de Música da UFRN nos últimos processos seletivos. Dentre os serviços prestados pelo SEMBRAIN estão:

[...] transcrição de partitura da escrita tradicional para partitura em braille, adaptação de material (capítulos de livros, livros, apostilas etc) indicados pelos professores, impressão de material em braille, operacionalização dos diversos softwares utilizados no SEMBRAIN, dentre outros. Também constam o apoio junto às diversas ações de extensão que a EMUFRN oferece à comunidade externa na área da Educação Musical na Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva. (UNIVERSIDADE, 2015).

Seguindo essa prerrogativa, observa-se que a universidade tem gerado alguns mecanismos que proporcionam aos alunos materiais adaptados para que estes possam fazer seus cursos, entretanto não podemos afirmar que essa inclusão de fato ocorra em sala de aula com todos os professores e nem possuímos ideia dos reais desafios que os alunos com deficiência visual têm enfrentado.

Nesse sentido, esta investigação buscará compreender se a inclusão dos alunos com deficiência visual tem acontecido no curso de licenciatura em música da UFRN, levando em consideração as adaptações necessárias, sejam elas pedagógicas, estruturais, comunicacionais e/ou atitudinais, refletidas na metodologia, desafios e adaptação de materiais, no ensino superior. Assim, constitui-se problema desta pesquisa: quais as metodologias, desafios e adaptações de materiais devem ser realizadas para inclusão de alunos com deficiência visual na Licenciatura em Música da UFRN?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As pessoas com deficiência sempre fizeram e farão parte de nossa sociedade seja qual for o momento da história. Pensando nisso as políticas públicas dizem que se deve exercer condutas cidadãs que busquem incluir as pessoas com deficiência na sociedade de forma integral. Essa inclusão deve oferecer para as pessoas com deficiência uma equidade de oportunidades. Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma, no âmbito educacional, que “as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las” (BRASIL, [2014])¹.

¹ Documento *online* não paginado.

Sendo assim, é fundamental desenvolver a consciência de que essa parcela da população tem direito às mesmas possibilidades como qualquer outro indivíduo, por conseguinte, é importante frisar que essa parcela da população não é pequena e constituía, de acordo com dados do IBGE do ano de 2010 (BRASIL, 2012, p.6), cerca de 23,9% da população total de brasileiros. Aprofundando um pouco mais nos dados desse censo observa-se que a maior concentração de pessoas com deficiência no Brasil está localizada na região nordeste (26,63% das pessoas com alguma deficiência) e que a deficiência com maior incidência de todas é a deficiência visual (18,6% da população brasileira).

Seguindo essas prerrogativas que traduzem a necessidade de incluir essa grande parcela da população na esfera da educação superior, a UFRN descreve em seu Plano de Desenvolvimento Institucional que

Eliminar toda e qualquer forma de barreira (seja ela pedagógica, ambiental, atitudinal, comunicacional, entre outras) tem sido uma ação permanente da instituição em prol da criação de uma cultura de respeito à diversidade, garantindo as condições de acessibilidade, de tecnologias apropriadas e de recursos humanos qualificados, de tal forma que possibilitem a construção de um modelo de política educacional inclusiva que atenda às necessidades educacionais especiais dos estudantes que demandarem por apoios específicos em sua formação acadêmica (BRASIL, 2010, p. 70).

Desta forma, a instituição confirma seu compromisso em incluir as pessoas com deficiência no contexto de ensino, pesquisa e extensão universitária, sendo esse, o tripé que abarca todas as iniciativas da referida instituição. Dentro dessa necessidade de incluir é notável que a demanda por produção de materiais e adaptações razoáveis se fazem presente e necessárias para que, de fato, os processos de inclusão aconteçam. Seguindo essa lógica o Art. 3 subitem VI da lei 13.146, Estatuto da Pessoa com Deficiência define como

adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2015, p. 10).

Compreendendo a necessidade de que essas adaptações precisam ser feitas para conseqüentemente romper com algumas das barreiras que possam vir a intervir

no processo de ensino e aprendizagem, concerne às instituições buscar que esses direitos básicos previstos na legislação sejam cumpridos.

Saindo um pouco do viés legislativo e adentrando em outras fundamentações refletiremos sobre o que os autores do ramo da educação especial e inclusiva dizem sobre o ensino das pessoas com deficiência e em específico no ensino de música para pessoas com deficiência visual.

Quando se observa o censo 2010, que foi citado anteriormente, é interessante refletir sobre a quantidade de pessoas com deficiência que existem no Brasil, sendo elas quase um quarto da população, é possível questionar-se há representatividade deles na educação superior. Nesse sentido, Silva (2013) destaca acerca das transformações que vem acontecendo no âmbito educacional, em específico no ensino superior:

As transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando, entre elas o chamado ao reconhecimento da diversidade humana e de seu valor sociocultural, consolida o entendimento do ensino como fenômeno multifacetado, apontando a necessidade de disseminação e internalização de novos saberes e modos de ação. (SILVA 2013, p. 59).

Nessa perspectiva, o ensino superior tem que a cada dia colocar à prova sua capacidade de adaptação para que as pessoas com deficiência possam ser incluídas de fato nos cursos de graduação.

Seguindo essa lógica, os cursos precisam se adaptar para passarem a ser acessíveis para as pessoas com deficiência, possibilitando não só o ingresso desses estudantes nas universidades, mas também preparando o curso para receber de forma integral os alunos, garantindo permanência e formação adequadas. Nesse sentido, é imprescindível proporcionar para as pessoas com deficiência as adaptações necessárias para que elas possam acompanhar e se desenvolverem em equilíbrio com as pessoas ‘ditas normais’.

Quando falamos em tornar o ensino superior acessível para as pessoas com deficiência, devemos levar em consideração que grande parte desse processo passa pela prática do professor em sala de aula, não que este tenha que saber como adaptar completamente os materiais para os alunos em Braille ou promover aulas em Língua Brasileira de Sinais, mas o professor deve a todo momento refletir sobre suas aulas, pensando em como fazer para incluir os alunos com deficiência da

melhor maneira possível, fazendo com que estes tenham acesso a todo o conteúdo em formatos que possibilitem e promovam o acesso aos conhecimentos levando em consideração as especificidades de cada um dos alunos, inclusive os com deficiência.

A construção de uma universidade inclusiva implica na necessidade de o professor desenvolver processos de reflexão na e da prática docente, com vista à organização de estratégias de ensino-aprendizagem adequadas a todos os alunos, inclusive os considerados deficientes. Com isto não estamos responsabilizando o professor pelo sucesso ou fracasso escolar de alunos com deficiência incluídos em sua sala de aula. Pontuamos que os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na sala de aula da universidade podem colaborar, decisivamente, na democratização da escola, como instituição social (MAGALHÃES, 2013, p. 48).

Seguindo esse pensamento, é compreensível que as universidades busquem desenvolver mecanismos que visem proporcionar treinamento e a adaptação de materiais que serão utilizados pelos alunos com deficiência dentro dos cursos de graduação.

Mas nada substitui a necessidade de adquirir um olhar mais humano e que esteja alicerçado em pensamento reflexivo, para que se tomem atitudes mais coerentes com relação ao outro no exercício do ensino. Para que as pessoas com deficiência possam se sentir incluídas, algumas atitudes em sala de aula devem ser tomadas e essa necessidade fica evidente nas palavras de Silveira (2013) em uma carta onde conta sua condição enquanto graduanda deficiente visual.

Acredito que esta seja uma oportunidade de ter um pequeno diálogo com o Senhor, o Mestre, o Professor para expressar o que sinto! O que penso e acredito!

Senhor, Mestre, Professor, títulos nobres, penso que para ter esses títulos é preciso que ame a sua função, não tão simples, e bela, que acredite no que faz, e que descubra qual é o seu papel nessa história, porque o Senhor, Mestre, Professor é responsável por grande parte da nossa formação. (SILVEIRA, 2013, p. 301).

As palavras escritas acima são o reflexo do sentimento de uma pessoa com deficiência visual que passou por diversos desafios durante sua formação, sendo assim, conseguimos observar nas palavras da autora da carta que ela sente a necessidade de se expressar, tendo como alvo seus professores ela demonstra que sente a necessidade de ter uma formação que a inclua em sala de aula para que

esta possa ter uma formação democraticamente correta, dando a ela as mesmas oportunidades que qualquer pessoa ‘dita normal’ dentro dos aspectos físico, mental e sensorial teria durante uma formação superior de qualidade.

3 JUSTIFICATIVA

Este projeto de pesquisa justifica-se como uma oportunidade de estudar e entender os desafios educacionais existentes na formação em nível superior das pessoas com deficiência visual que estudam no Curso de Licenciatura em Música da UFRN, visando encontrar e entender possíveis adversidades que acometem esse público.

Levando em consideração a possibilidade de desenvolver pesquisas na área da educação especial que ainda é um campo novo a ser desbravado pelos pesquisadores, compreende-se que a Escola de Música da UFRN se mostra um campo empírico muito rico em diversidade que serve como base para pesquisas de inclusão.

Durante toda minha formação inicial estive em contato com esses alunos podendo observar que alguns desses desafios em suas formações podem estar relacionados com suas capacidades de abstração, construção de imagem mental, a não adaptação de algumas metodologias utilizadas em sala de aula, principalmente as que se apoiam somente sobre a via sensorial visual. Nesse sentido, existem elementos que em alguns momentos podem passar despercebidos pelos professores, esses pontos podem deixar algumas lacunas na formação desses alunos que possuem determinada especificidade.

Esses pontos que podem constituir adversidades na formação dos alunos com deficiência são somente uma das partes a serem investigadas e que em geral constituem paradigmas que devem ser superados por adaptação e criatividade dos docentes, isso ocorre nos casos em que o docente tem consciência de que incluir estes alunos é parte importante do processo formativo dos discentes com deficiência visual nos cursos de graduação.

Compreende-se assim, que a adaptação de materiais e metodologias é imprescindível para proporcionar aos graduandos com deficiência visual uma formação que esteja nivelada com a formação proposta as pessoas “ditas normais”.

A partir do diálogo entre professor e aluno, para as pessoas com deficiência visual este trabalho se constituirá de uma oportunidade de evidenciar situações e adversidades encontradas enquanto graduando, além de permitir aos docentes o esclarecimento de possíveis pontos que dificultam o processo de inclusão em sala de aula, possibilitando adaptações (pedagógicas, estruturais, comunicacionais e/ou atitudinais) necessárias. Para a área de educação musical será a oportunidade de desbravar este campo de conhecimento ainda pouco explorado pelos pesquisadores.

4 OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICO)

4.1 Geral

Compreender aspectos gerais da inclusão de alunos com deficiência visual, no que tange à metodologia, desafios e adaptação de materiais, no Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFRN.

4.2 Específicos

- Discutir os desafios na formação em nível superior para discentes com deficiência visual tendo como princípio a educação inclusiva;
- Investigar a percepção dos alunos com deficiência visual que estão cursando o Curso de Licenciatura em Música da Escola de Música da UFRN acerca da inclusão promovida para eles;
- Verificar ao longo das experiências educacionais no Curso de Licenciatura em Música da EMUFRN, a existência de possíveis abordagens criativas e inclusivas;

- Compreender abordagens e estratégias que os docentes desenvolveram para enfrentar os desafios no atendimento aos alunos com deficiência visual.

5 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa possui como natureza o enfoque qualitativo, que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.34) tem como característica dos dados a serem analisados “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas, observadas e suas manifestações”. Sendo assim, pode-se afirmar que o conteúdo a ser investigado levará em consideração a opinião e a expressão das concepções das pessoas investigadas.

O universo da pesquisa será à Escola de Música da UFRN, onde teremos como público alvo os discentes com deficiência visual do Curso de Licenciatura em Música e os docentes que atuam ministrando na EMUFRN disciplinas obrigatórias da estrutura curricular do curso para estes alunos.

Nesse sentido, a pesquisa pretende investigar os processos de inclusão presentes no ensino superior, especificamente, na inclusão das pessoas com deficiência visual através de um estudo de caso. De acordo com Yin (2015, p.17) “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real”. Sendo assim, o foco principal, evento que será investigado neste estudo de caso, da pesquisa está direcionado a formação que tem sido oferecida aos alunos com deficiência visual.

A construção dos dados se dará primeiramente através de pesquisa bibliográfica que de acordo com Laville e Dionne (1999) consiste em “revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.112). Posteriormente, a investigação do campo empírico se dará através de duas sessões de entrevistas semiestruturadas “na qual um roteiro básico (com perguntas abertas) é preparado para a condução da entrevista, mas sendo aplicado de forma flexível, conforme o desenvolvimento da interação” (PENNA, 2015, p.137).

Entretanto as entrevistas serão divididas em dois tipos, a primeira tomará como forma uma entrevista em grupo (grupo focal), onde buscaremos conhecer o ponto de vista tanto dos docentes, quanto dos discentes. Visando entender quais são as perspectivas e desafios do ensino inclusivo no Ensino Superior.

Todas as entrevistas terão um modelo piloto que será construído e testado com professores e profissionais da área da inclusão. Nesse sentido, as entrevistas só serão feitas quando estiverem devidamente testadas.

A primeira das entrevistas se dará por meio de um grupo focal onde estarão reunidos os discentes com deficiência visual e o maior número possível de docentes que ministram disciplinas obrigatórias na EMUFRN para estes alunos no corrente período letivo, nesse sentido, quatro será o número mínimo de professores que deverão participar da entrevista. O grupo focal de acordo com Habermas (1992) pode ser caracterizado como

Um debate aberto e acessível a todos: os assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de *status* entre os participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em discussão racional. Nesta característica final, a ideia de “racional” não é que a discussão deva ser lógica ou desapassionada. O debate é uma troca de pontos de vista, ideias e experiências, embora expressas emocionalmente e sem lógica, mas sem privilegiar indivíduos particulares ou posições. (HABERMAS, 1992 *apud* GASKELL, 2015, p.79).

Nesse sentido, a entrevista em formato de grupo focal terá como foco central compreender ambos os lados no processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração todas as especificidades e adaptações que se tornam pertinentes no ensino das disciplinas da graduação em música para pessoas com deficiência visual.

A segunda sessão de entrevistas se dará de forma individual com os docentes, visando entender a fundo quais são as reais dificuldades expressadas por eles no tocante a inclusão de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior. Esta entrevista tomará como base as questões mais pertinentes levantadas pelo grupo focal e estará focada na compreensão do professor que deve incluir os alunos, mas não eximindo responsabilidade que este tem na formação destes alunos.

Posteriormente ao levantamento de dados, o passo seguinte é o processo de análise. Esses dados serão categorizados em algumas etapas que visam prioritariamente organizar o material de análise para então conseguir identificar os temas suscitados.

Para que os dados possam ser analisados de forma coerente e organizada, as entrevistas serão primeiramente transcritas de forma literal. Logo após, passarão por um processo de textualização que terá o intuito de retirar alguns vícios de linguagem que possam dificultar a compreensão do que os entrevistados estavam querendo dizer. Nesse sentido, a textualização deverá além de retirar alguns vícios de linguagem, incluir algumas notas explicativas de possíveis gírias e expressões características de regionalismo.

O passo seguinte será categorização das falas e dos temas levantados no discurso dos entrevistados. Essa categorização visa descobrir padrões e tendências contidas nas falas dos entrevistados para que, desses padrões, possam ser extraídas as informações que servirão como base para a construção da compreensão do fenômeno que acontece na EMUFRN.

Com essa investigação, será possível identificar as temáticas mais recorrentes e que possuam maior relevância para a construção de uma linha de pensamento, levando em consideração os pontos onde as opiniões convergem e divergem, dessa maneira, se conseguirá uma análise que descreva como a inclusão desses alunos tem ocorrido no Curso de Licenciatura em Música da UFRN.

6 RESULTADOS ALMEJADOS

Com esse trabalho de pesquisa acredito que poderei ajudar a desenvolver o olhar e a atenção dos docentes da instituição de ensino, para que estes observem e busquem incluir cada vez mais os discentes com deficiência visual em sala de aula. De modo que no momento em que forem planejar as atividades, os docentes busquem se adequar as limitações causadas pela ausência da visão e foquem em outras vias sensoriais para a assimilação dos conteúdos propostos.

Outro possível desdobramento, seria a construção de uma nova pesquisa que visasse encontrar e disseminar as práticas e metodologias criativas criadas pelos

docentes para superar os possíveis desafios da formação de professores com deficiência visual em ambiente inclusivo.

Dessa maneira acredito que estarei contribuindo para transformar a EMUFRN em um ambiente cada vez mais inclusivo e democrático no que diz respeito a garantia dos direitos de seus alunos em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2010-2019 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN: UFRN, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2010-2019-final.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. [2014]. Não paginado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 152, n. 127, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/07/2015>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Brasília, DF; 2012. 32 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 516 p. ISBN: 9788532627278.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Currículo e Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior: reflexões sobre a docência universitária. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org). **Inclusão no ensino superior**: docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013. 328 p. ISBN: 9788542500011.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música**. Porto Alegre: Sulina 2015. 183p. ISBN: 978-85-205-0734-6

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Orientações didáticas para a atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual, no ensino superior. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org). **Inclusão no ensino superior**: docência e

necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013. 328 p. ISBN: 9788542500011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Tradução Dayse Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013. 5 ed. 624 p.

SILVEIRA, Vanessa Barbosa da. Cartas: vez e voz aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - um convite à reflexão. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org.). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRN, 2013. 328 p. ISBN: 9788542500011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Escola de Música. **Adaptação de materiais didáticos acessíveis no Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão [Projeto de Extensão]**. Natal, UFRN, 2015. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/91798155>>. Acesso em: 10 out. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 212 p. ISBN: 8536304626.

PROJETO MUSICOGRAFIA BRAILLE:
um relato de experiência vivido no Instituto Federal da Paraíba - Campus João
Pessoa

José Alessandro Dantas Dias Novo
IFPB - Campus João Pessoa
alessandronovo@gmail.com

Vanessa Teodoro de Sousa
UFPB – Campus João Pessoa
vanessatsousa1@gmail.com

Adriano Caçula Mendes
IFPB – Campus João Pessoa
adriano.mendes@ifpb.edu.br

61

RESUMO

O Projeto “Musicografia Braille” vem sendo desenvolvido desde o ano de 2014 com o intuito de suprir as necessidades de material musical em braille no Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa (IFPB), mais precisamente no Curso Técnico Integrado em Instrumento Musical. O projeto tem como objetivo geral promover a inclusão de pessoas com deficiência visual no âmbito do Curso Técnico Integrado em Instrumento Musical do IFPB. Para tanto, os objetivos específicos são: Possibilitar aos alunos que possuem deficiência visual vivências e práticas musicais no ambiente do ensino regular, estimulando-os através da musicografia Braille; Fomentar a utilização da Musicografia Braille, potencializando o ensino da música para pessoas com deficiência visual; Produzir materiais que subsidiem a formação musical de pessoas com deficiência visual; Investigar os procedimentos e recursos existentes para a produção de partituras em Braille; Estabelecer parcerias com outras instituições para o fomento das práticas inclusivas na área de educação musical. Com o intuito de difundir a musicografia braille e capacitar pessoas para trabalhar com a transcrição de partituras, o projeto tem realizado uma série de oficinas ministradas nas dependências do IFPB, utilizando como ferramenta principal o software Musibraille.

Palavras-chave: Musicografia Braille. Educação Musical. Deficiência Visual.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em tela versa sobre uma experiência com o ensino da música para pessoas cegas, vivenciada no IFPB - campus João Pessoa. O percurso começou a ser trilhado em dezembro de 2012, quando o Professor José Alessandro Dantas chegou no Campus para lecionar Piano Popular no Curso Técnico em Instrumento Musical e, dentre os alunos que deveria assumir, existiam duas alunas com deficiência visual. Sendo aquela a primeira experiência com o ensino de música para cegos, o professor tomou a iniciativa de se debruçar sobre o estudo da Educação Musical Inclusiva, de forma a oferecer assistência adequada às alunas. Dessa forma, nasceu a ideia do Projeto de Pesquisa intitulado “Musicografia Braille”, cuja execução deu origem a este relato de experiência.

O público alvo do projeto está delimitado de acordo com o Decreto de Lei nº 5.296, de 2004, que considera cega toda pessoa cuja acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; pessoa com baixa visão, aquela em que a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

O projeto em questão entrou em vigor no ano de 2014, contando com um aluno bolsista e uma aluna voluntária, além do professor José Alessandro como coordenador. Na época, os esforços estavam voltados para a investigação dos métodos e materiais disponíveis para tornar o ensino de música acessível às pessoas com deficiência visual. Até então, o ensino de música às duas alunas já mencionadas era feito através da audição das peças que seriam executadas, sem qualquer registro escrito. Com o auxílio de um então servidor do IFPB – músico cego que teve contato com a musicografia braile no Instituto dos Cegos da Paraíba – e da equipe da Coordenação de Assistência a Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE), a equipe teve os primeiros contatos com a transcrição de partituras através do software desenvolvido por Dolores Tomé e Antônio Borges: o Musibraille.

Uma vez que os alunos participantes do projeto estavam familiarizados com o Musibaille, chegou o momento de transcrever as partituras. O foco principal eram as músicas que as alunas do professor Alessandro, naquele momento já no último ano do curso, deveriam apresentar no recital de conclusão. No entanto, a equipe ainda sentia falta de um material didático específico transcrito e adaptado para o braile, uma vez que a linguagem usada para o ensino da teoria musical em tinta, na maioria das vezes, não é apropriada para o aluno cego. Como forma de suprir aquela necessidade específica do momento, a transcrição de um livro de teoria musical se tornou um dos alvos do projeto.

2 JUSTIFICATIVA

A educação musical vem desenvolvendo trabalhos e pesquisas nos diversos campos de atuação, introduzindo as práticas musicais nos diferentes contextos da música, seja ela popular, religiosa, clássica, contemporânea, entre outras. A preocupação desta ciência está no desenvolvimento do conhecimento musical, visando estabelecer oportunidades de estudo para todos. Nesse contexto, surge a educação musical especial, cujo intuito é ampliar o leque da educação musical e permitir que pessoas com algum tipo de deficiência tenham acesso ao conhecimento por ela difundido. Esse campo de ensino é bastante amplo por conta da diversidade de categorias existentes tais como: deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiências múltiplas etc.

A Educação Especial é uma área de conhecimento que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas para alunos com necessidades especiais. O assunto está dentro de outra área mais abrangente conhecida como Inclusão Social que é caracterizada pela luta dos grupos minoritários por seus direitos na sociedade. O principal objetivo da Inclusão social é a construção de uma escola democrática que assegure os direitos a pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Inclusiva tem como marco atual a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) – promulgada na Espanha – que estabelece como princípio que as

escolas regulares dos sistemas de ensino devem ser o *lócus* da inclusão. Estas acolherão todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) prevê a elaboração, pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnologia e Inovação (SETEC), de um Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Ciências e Tecnologias Sociais que promova a inclusão social. Cabe ressaltar que as

[...] novas tecnologias e sua disseminação contribuem significativamente para a inclusão social e para a redução das desigualdades de oportunidade e de inserção ocupacional. As tecnologias assistivas, por exemplo, são essenciais para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais e para a criação de oportunidades iguais para todos. Este tem sido um campo novo e estratégico de atuação do MCTIC, que participa do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver sem Limite, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Seguridade Social. (ENCTI 2016-2022, p. 98).

Convém destacar ainda que as Ciências e Tecnologias Sociais têm como objetivo "desenvolver e difundir conhecimento e soluções criativas para a inclusão produtiva e social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania". E dentre as suas estratégias associadas está o fomento à P&D na área de Tecnologia Assistiva, voltada para as pessoas com necessidades especiais.

Não se pode falar do desenvolvimento de pessoas com necessidades educativas especiais (PNEE) sem falar sobre Vygotsky. Mesmo havendo em sua época um silêncio sobre a inclusão dessas pessoas à sociedade, suas proposições são de grande relevância para o assunto da Educação Especial, abrindo possibilidades em suas teorizações anteriores ao paradigma vigente, no qual encontramos interfaces com o paradigma da inclusão. Com esse redimensionamento dá para apontar formas de olhar a diversidade e perceber a pessoa deficiente a fim de valorizá-la como pessoa, ministrando uma educação adequada a sua deficiência, destacando os “caminhos alternativos” e “recursos especiais”, com a intenção de provocar mudanças.

Para Vygotsky o desenvolvimento de uma criança cega não precisa estar centrado na cegueira, no déficit da visão, mas sim na luta para transcender a

deficiência, melhor dizendo, em uma psicologia da “vitória sobre a cegueira” (VYGOTSKY, 1989). Segundo o autor, o trabalho pedagógico não tem que incidir sobre a falta da visão, mas na forma de compensar essa falta. O paradigma da inclusão também não pode centrar na deficiência em si, mas no esforço que deve ser feito para integrar o indivíduo. Nesse sentido, esse aspecto é uma das interfaces entre a teoria de Vygotski e o paradigma vigente.

Existe um número significativo na produção de materiais didáticos direcionados para o ensino mais efetivo e abrangente da música. Apesar de haver esse conjunto de métodos e materiais didáticos de educação musical produzidos no Brasil, percebe-se uma necessidade de aumentar a produção de material na área da educação especial, especificamente, na educação de pessoas com deficiência visual. De acordo com Tomé (2003) a educação de deficientes musicais no Brasil surgiu no século XX, em regime de internato, tendo a música como um dos componentes curriculares e como oportunidade de trabalho para os deficientes visuais.

Tendo em vista a importância e benefícios que a música é capaz de proporcionar na formação humana, o foco principal dessa pesquisa é dar apoio na área da Musicografia Braille, produzindo partituras e auxiliando no ensino dessa técnica para pessoas com deficiência visual, como também na capacitação de professores.

Segundo Bonilha (2006), os fundamentos da Musicografia Braille foram lançados pelo próprio Louis Braille, em 1828. A autora comenta que, até àquela época, “os estudantes cegos aprendiam a ler música através de um sistema em que a simbologia da notação em tinta era impressa em alto relevo” (BONILHA 2006, p. 24) o que, obviamente, impossibilitava a fluência na leitura musical. A partir daí, foi realizada uma série de conferências internacionais com o objetivo de unificar a transcrição musical ao redor do globo, culminando no Manual Internacional de Musicografia Braille¹. Através desse manual, as pessoas com algum tipo de deficiência visual podem ler e escrever música.

¹ Novo Manual Internacional de Musicografia Braille, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/musicabraile.pdf>>.

3 METODOLOGIA

Durante os meses de abril e maio de 2018, a equipe envolvida no projeto esteve empenhada em continuar pesquisando o que já existe disponível de material sobre musicografia Braille, com o objetivo de conhecer as possíveis carências e, assim planejar como poderia contribuir de forma mais efetiva na produção, não só de partituras, mas também de apostilas sobre teoria musical. Para tanto, foram realizados 02 (dois) encontros semanais, com duração de 03 (três) horas cada encontro.

Nos meses de junho a novembro, o plano de ação esteve voltado para a transcrição de partituras. Para alcançar esse objetivo, o projeto contou com o auxílio do COAPNE do IFPB para impressão de partituras e orientações sobre a acessibilidade dos materiais. Dessa forma, os participantes do projeto utilizaram computadores com os programas Musibaille e Braille Fácil, e os arquivos eram enviados para o COAPNE para impressão. Em paralelo a isso, foi oferecido um minicurso de capacitação para transcritores, ministrado pela ex-aluna Vanessa Teodoro, nas dependências do IFPB.

Entre os meses de outubro a dezembro, estão sendo ministradas aulas de teclado aos alunos do Instituto dos Cegos, utilizando todo o material de partituras produzido durante a pesquisa sendo, ao mesmo tempo uma oportunidade de divulgação do Curso Técnico Integrado em Instrumento Musical do IFPB - Campus João Pessoa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início de sua trajetória, o projeto tem se mostrado relevante no âmbito do Curso de Instrumento Musical do IFPB – campus João Pessoa, sendo a primeira iniciativa no sentido da inclusão de pessoas com deficiência visual no referido curso. Através do contato com o Instituto dos Cegos da Paraíba em versões anteriores do projeto, o interesse pelos cursos de música oferecidos pelo IFPB tem aumentado por parte das pessoas com deficiência visual, o que motiva os

participantes do projeto a prosseguir na transcrição e produção de materiais acessíveis aos alunos. Dentre os resultados obtidos até aqui, se destacam a transcrição do primeiro módulo de um livro de teoria musical e a produção deste relato de experiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 04 de dezembro de 2004**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>.
Acesso em: 13 nov.2018

68

BONILHA, F.F.G. **Leitura musical na ponta dos dedos**: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em:
<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284738>>

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. **Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação**. MCTIC: Brasília, 2016.

TOMÉ, D. **Introdução a musicografia Braille**. São Paulo: Global, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Cidade de Havana: Pueblo y Educacion, 1989. (V vol.)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
práticas e desafios entre os segmentos escolares na
Escola Estadual Myriam Coeli

Karina Messias da Silva Alves
Rede Estadual de Ensino – SEEC/RN
karinatrn@yahoo.com.br

69

Adriano Eduardo Livio Alves
Rede Estadual de Ensino – SEEC/RN
drianlivio@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa é mostrar como vem ocorrendo o processo de inclusão dos alunos na Escola Estadual Myriam Coeli, localizada na cidade de Natal/ Rio Grande do Norte. Tendo como ponto de partida a escola inclusiva, que segundo Guijarro (2005, p.7), foca: “Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas”. O objetivo geral relata como foi à implantação a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM (BRASIL, 2018) e, como a chegada do professor de Artes, licenciado em Música e com deficiência visual, vem reforçando a inclusão dos alunos com deficiência (CAIMI; LUZ, 2018). Como Objetivos específicos, temos: 1. Analisar como a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais beneficiou o atendimento aos alunos com deficiência; 2. Verificar se houve um aumento na demanda de alunos para o Atendimento Educacional Especializado na SRM; 3. Analisar como a chegada do professor de artes com deficiência visual à escola contribuiu para o projeto de inclusão, 4. Averiguar como os alunos reagiram à chegada do professor de Artes, 5. Estudar como a escola está se adaptando ao atendimento aos alunos e ao professor com deficiência. Como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica através de leituras de artigos e documentos governamentais sobre a temática da inclusão e aplicação de entrevistas com a professora responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais do turno matutino, Profa. Helda Santos (Psicopedagoga e Especialista em Atendimento

Educacional Especializado), com o professor de Artes (Gessé) e a direção da escola. Para os segmentos de alunos e professores foram aplicados questionários. Da aplicação dos questionários e das entrevistas, as mesmas ocorreram no período de 12 a 14 do mês de novembro do ano de 2018, no total de 42 alunos e 06 professores. Sobre os resultados: Do segmento de professores, os mesmos responderam que receberam com satisfação o docente à escola, e que a experiência em trabalhar com o professor os ajudaram a lidar com o outro em suas limitações. Alguns docentes relataram mudanças positivas no comportamento dos alunos com deficiência em suas aulas. Sobre a superação de uma pessoa deficiente realizar atividades profissionais houve uma expressiva admiração junto aos alunos para com o docente (Prof. Artes), além do cuidado com o outro, também relatado nos questionários, pois os alunos vem aprendendo a lidar e se portar diante de uma pessoa com deficiência visual. Dos alunos, a maioria disse que aceitam bem o professor, e que as aulas ficaram mais atrativas com a proposta pedagógica do mesmo. No entanto, observaram-se algumas reações negativas dos alunos na recepção ao professor e sua proposta pedagógica. Na entrevista com o professor de Artes, a escola necessita de maiores investimentos em instrumentos pedagógicos para as aulas de música e readequar as salas de aula para o modelo de salas em que cada docente fica responsável pela sua sala. Das conclusões, temos: os desafios de uma escola que luta pela inclusão de seus alunos da Educação Especial e de seu professor com deficiência visual (CARVALHO; RAPOSO, 2005), sendo uma realidade que deve ser trabalhada no dia a dia da escola, com a ampliação do seu projeto de inclusão, “Projeto Conviver” para que todos os segmentos da escola possam se adaptar (BAPTISTA, 2005), e assim aguçar o olhar para o outro, que mesmo com suas limitações físicas ou intelectuais merecem o nosso respeito e devem ser vistas como pessoas normais em suas limitações.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Inclusão, cotidiano escolar e políticas públicas: sentidos e perspectivas. **Ensaaios Pedagógicos- Construindo Escolas Inclusivas**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Brasília, p 15 -20. 1 ed. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. **Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 11/11/2018.

CAIMI, Flávia Eloisa; LUZ, Rosângela Nunes da. Inclusão no contexto escolar: Estado do conhecimento, práticas e proposições. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 665-682, ago. 2018. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/29202>>. Acesso em: 18 nov. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X29202>.

CARVALHO, Erenice Natália S. de, RAPOSO, Patrícia Neves. Inclusão de alunos com deficiência visual. **Ensaaios Pedagógicos - Construindo Escolas Inclusivas**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, p 140 - 144, 1 ed. Brasília, 2005.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. **Ensaaios Pedagógicos - Construindo Escolas Inclusivas**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, p 7 -14, 1 ed. Brasília, 2005.

SURDOS E OUVINTES:
um encontro musical no Instituto Federal do Ceará - IFCE

Thaise Cristina Marcelino Matias
Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
thaise.matias@ifce.edu.br

72

Daniela Monteiro de Sousa
Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
daniela.monteiro@ifce.edu.br

RESUMO

A educação das pessoas surdas no Brasil tem sido um tema cada vez mais discutido e alvo de muitas lutas sociais, que buscam a inclusão socioeducacional desse grupo, respeitando sua especificidade linguística. Neste cenário, e em alusão ao Dia Nacional Do Surdo, realizou-se a mesa redonda Surdez, Educação e Inclusão, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Limoeiro do Norte. Percebendo a música como uma ferramenta de inclusão, o referido evento contou com uma parceria musical entre surdos e ouvintes. Desta forma, o objetivo deste trabalho é relatar esta experiência e desmistificar a ideia de que o surdo não pode inserir-se no mundo da música. O Coral do IFCE e o Coral de Surdos apresentaram duas canções da Música Popular Brasileira, sendo elas: Caçador de Mim de Luís Carlos Sá e Sérgio Magrão, e Primavera de Genival Cassiano e Sílvio Rochael. Na apresentação, enquanto o coral de ouvintes cantava, em língua portuguesa, o coral de surdos interpretava em Língua Brasileira de Sinais. Como sugere a autora Oliveira (2014), a musicalidade para o surdo é possível desde que respeitada sua singularidade linguística, como apreciado na performance mencionada. Embora a música seja um traço da cultura ouvinte (STROBEL, 2008), esse momento demonstrou que os surdos podem sim vivenciá-la, ainda que de forma diferente dos ouvintes (VARGAS; SOUSA; COSTA, 2017). Sendo assim, é necessário atentar não apenas para a forma como o surdo percebe a música, mas também como as instituições de ensino e a sociedade em geral tem oferecido essa experiência musical para essa comunidade. Nessa perspectiva, a música torna-se

um instrumento de inclusão ao possibilitar uma aproximação entre a cultura dos ouvintes (oral) e a cultura dos surdos (visuoespacial).

REFERÊNCIAS

73

OLIVEIRA, Hilka Cibelle da Cruz. O desenvolvimento do sujeito surdo a partir da música. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Ed. n. 14. p. 1-19. set. 2014.

STROBEL, Karen. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VARGAS, V. G. L; SOUSA, A. M; COSTA, L. V. M; Música para os sujeitos surdos: expressividade e paralinguagem. **Revista Tropos**, vol. 6, n. 1, ed. jul., p. 1-12, 2017.